



**Universidade de  
Aveiro**

**2014**

Departamento de Línguas e Culturas

**SARA ISABEL LEAL  
DUARTE**

**ANÁLISE, ESTUDO COMPARATIVO E TRADUÇÃO  
DE FRASEOLOGIAS DE CONTRATOS**



**SARA ISABEL LEAL  
DUARTE**

**ANÁLISE, ESTUDO COMPARATIVO E TRADUÇÃO  
DE FRASEOLOGIAS DE CONTRATOS**

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas, realizado sob a orientação científica da Doutora Maria Teresa Costa Gomes Roberto, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus pais, irmão e aos meus amigos  
pelo incansável apoio.

## **o júri**

presidente

Professora Doutora Maria Teresa Murcho Alegre  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Professor Doutor Luís Miguel Simões Lucas Pires  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (arguente)

Professora Doutora Rosa Lília Torres do Couto Coimbra e Silva  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (vogal).

## **agradecimentos**

Em primeiro lugar, gratos agradecimentos à Prof. Doutora Maria Teresa Costa Gomes Roberto pela orientação e conhecimentos transmitidos e essencialmente pela amizade demonstrada no decorrer deste longo percurso académico.

Um especial agradecimento ao Doutor Luís Miguel Simões Lucas Pires, pela validação da componente terminológica e jurídica, sem a qual este projeto não teria progredido.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, em especial à Bárbara Sousa, pela amizade, apoio e pela companhia nos longos serões de trabalho.

E por fim, mas não menos importante, aos meus pais e irmão, pelo apoio incondicional durante o decurso deste projeto e durante todo o percurso académico.

**palavras-chave**

Tradução jurídica, terminologia, fraseologias, contratos

**resumo**

A tradução jurídica tem ganho um espaço cada vez mais significativo no universo da tradução. Assim, é cada vez mais urgente que sejam criados recursos e ferramentas apropriados que auxiliem o processo de tradução de terminologia jurídica e que melhorem as metodologias atuais de tradução. O presente projeto tem o intuito de refletir sobre algumas questões da tradução jurídica, e mais especificamente de contratos, com o objetivo de construir uma base de fraseologias típicas de contratos para que seja disponibilizada e possa assistir a tradução deste tipo de documentos.

**keywords**

Legal translation, terminology, phraseologies, contract

**abstract**

Legal translation has enhanced its relevance within the translation field and, therefore, it becomes increasingly imperative to create resources and tools that are appropriate and that can help the translation process of legal terminology, in this way also improving current translation methodologies. This project aims to address some of the issues regarding legal translation, namely the translation of contracts, in order to create a phraseology database for contracts that can be provided to translators to assist them in the translation of this type of document.





## Índice

I.	Enquadramento.....	15
I.1.	O Negócio Jurídico - Conceito e Classificação .....	15
I.2.	Elementos do Negócio Jurídico .....	19
I.3.	O Negócio Jurídico na <i>Common Law</i> .....	23
II.	Enquadramento Tradutológico .....	27
II.1.	As Unidades Fraseológicas .....	27
II.2.	A Tradução Jurídica e a Problemática da Equivalência .....	31
II.3.	Conceito de <i>Corpus</i> .....	37
III.	Metodologia do Trabalho Terminológico.....	39
III.1.	Análise do <i>Corpus</i> da Língua de Partida .....	39
III.2.	O Corpógrafo .....	44
III.3.	Extração e compilação de fraseologias através do Corpógrafo .....	45
III.4.	Análise do <i>Corpus</i> da língua de chegada .....	47
III.5.	Recursos utilizados no processo de tradução das fraseologias extraídas .....	51
a.	E-justice .....	52
b.	Eur-lex .....	52
c.	Proz:.....	53
III.6.	<i>Software</i> utilizado para a gestão das fraseologias .....	54
IV.	Notas conclusivas .....	57
V.	Bibliografia/ Webgrafia .....	61
	Anexo I – Base fraseológica.....	63
	Anexo II – Textos de partida.....	Presente na versão digital em CD
	Anexo III – Textos da língua de chegada .....	Presente na versão digital em CD

## Índice de Tabelas

TABELA 1- ANÁLISE DE DOCUMENTO DO <i>CORPUS</i> DA LÍNGUA DE PARTIDA .....	40
TABELA 2 - ANÁLISE DE DOCUMENTO DO <i>CORPUS</i> DA LÍNGUA DE PARTIDA .....	41
TABELA 3 - ANÁLISE DE DOCUMENTO DO <i>CORPUS</i> DA LÍNGUA DE PARTIDA .....	41
TABELA 4 - ANÁLISE DE DOCUMENTO DO <i>CORPUS</i> DA LÍNGUA DE PARTIDA .....	42
TABELA 5 - ANÁLISE DE DOCUMENTO DO <i>CORPUS</i> DA LÍNGUA DE PARTIDA .....	42
TABELA 6 - ANÁLISE DE DOCUMENTO DO <i>CORPUS</i> DA LÍNGUA DE CHEGADA .....	47
TABELA 7 - ANÁLISE DE DOCUMENTO DO <i>CORPUS</i> DA LÍNGUA DE CHEGADA .....	48
TABELA 8 - ANÁLISE DE DOCUMENTO DO <i>CORPUS</i> DA LÍNGUA DE CHEGADA .....	49
TABELA 9 - ANÁLISE DE DOCUMENTO DO <i>CORPUS</i> DA LÍNGUA DE CHEGADA .....	49
TABELA 10 - ANÁLISE DE DOCUMENTO DO <i>CORPUS</i> DA LÍNGUA DE CHEGADA .....	50

## Índice de Ilustrações

ILUSTRAÇÃO 1 - REPRESENTAÇÃO INICIAL DA BASE FRASEOLÓGICA, EM FORMATO EXCEL.....	46
ILUSTRAÇÃO 2 - REPRESENTAÇÃO DA BASE FRASEOLÓGICA ATRAVÉS DA FERRAMENTA MULTITERM .....	55

## Introdução

O presente projeto está enquadrado no Mestrado em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas e visa a conclusão de um longo percurso académico, constituído por dois ciclos de estudos, que incluem a Licenciatura em Tradução e o mestrado anteriormente mencionado.

O Mestrado em Tradução Especializada incide em algo que representa uma grande mais-valia para qualquer tradutor – a especialização numa determinada área de estudos, neste caso, as Ciências Jurídicas. Atualmente, as Ciências Jurídicas representam uma das áreas em maior desenvolvimento e evolução no universo da tradução, uma vez que, cada vez mais se tem abandonado a ideia de juristas-linguistas e se tem procurado a formação mais rigorosa daqueles que estudam e compreendem aquilo que é na realidade traduzir. O presente Mestrado visa o desenvolvimento não só de competências linguísticas como também de competências ao nível de ferramentas de tradução mais sofisticadas e também de conhecimentos dos fundamentos, conceitos e termos jurídicos. Durante os últimos dois anos, foi possível adquirir experiência no que diz respeito à tradução de cartas rogatórias, certidões, legislação, e em especial contratos.

No universo dos documentos jurídicos, os contratos são dos tipos de textos mais requisitados e que mais relevância tem ao nível da tradução e das relações internacionais, entre empresas ou entidades de países diferentes que são estabelecidas por estes. Além disso, este tipo de texto contém um nível de linguagem bastante rico que, apesar de aparentar ser mais simples do que a maioria dos textos jurídicos, apresenta bastantes particularidades quanto ao discurso e à sua terminologia específica.

Ao longo dos últimos anos, a tradução jurídica tem conquistado um espaço cada vez maior no universo linguístico, sendo que, pela sua complexidade, é até já considerada por muitos como uma área autónoma da tradução. Com a evolução das competências dos tradutores nos fundamentos conceptuais do domínio jurídico, os recursos necessários para a tradução jurídica são cada vez mais procurados, por estes profissionais, e carecem de uma atualização e de um melhoramento constante. Assim, a construção de uma base fraseológica, que identifique as fraseologias ou terminologias mais frequentes, é crucial para que a tradução de contratos se torne cada vez mais consistente e coerente entre si.

A escolha do tema deste projeto incidiu, essencialmente, no facto de, com a crescente necessidade de traduções jurídicas, também é crescente a necessidade de recursos que sejam adequados e de confiança e que permitam uma maior consistência e harmonização, ao nível da terminologia utilizada. Assim, o presente projeto representa a aplicação dos conhecimentos adquiridos no contexto real, através da elaboração de uma base de fraseologias, tendo por base contratos de prestação de serviços e acordos de colaboração, com o objetivo de harmonizar a terminologia jurídica que é frequente neste tipo de textos. Uma vez que a Universidade é por si uma instituição que utiliza tradutores e redatores jurídicos, foi decidido que seria pertinente utilizar contratos cedidos pela mesma e construir uma ferramenta que pudesse ser de alguma forma útil para esta instituição, futuramente. Assim, o presente projeto visa a recolha e análise comparativa das fraseologias mais comuns na linguagem dos contratos em Inglês e Português, de forma a criar uma base fraseológica como produto final e estudar a sua aplicação específica nas duas diferentes línguas.

O presente projeto divide-se em várias partes que incidem sobre todo o processo de estudo, análise, recolha terminológica e consequente trabalho metodológico para a construção do produto final. Em primeiro lugar, é crucial analisar os aspetos teóricos e conceptuais associados ao tema em questão, não só no que se refere à teoria e metodologia da tradução mas também no que ao conteúdo jurídico diz respeito, no qual é essencial perceber aquilo que está associado a este tipo de documentos jurídicos, tanto na língua de partida como na língua de chegada.

Após consolidados os conhecimentos do âmbito jurídico e terminológico procedeu-se à análise dos textos que constituem o *corpus* do presente projeto, tanto na língua de partida como na língua de chegada. Os documentos na língua partida foram cedidos pelos Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro e visam a compilação, recolha e extração das fraseologias objeto de estudo. Assim, analisar estes textos permite perceber se estes constituem uma boa amostra de estudo. De notar ainda que de forma a manter a confidencialidade dos mesmos, foram omitidas quaisquer referências a dados pessoais que poderiam ser lesivas da privacidade ou outros direitos dos intervenientes nos documentos, uma vez que o intuito do projeto é a análise da vertente terminológica e fraseológica dos mesmos. Finda essa análise, segue-se a extração das fraseologias que irão ser parte integrante do objeto deste projeto e para tal foi utilizado o Corpógrafo, uma ferramenta desenvolvida pelo CLUP – Centro Linguística da Universidade do Porto, e

que se destina à análise de documentos, nomeadamente para a extração e gestão terminológica.

Após a recolha das fraseologias, foi feita a recolha de documentos jurídicos semelhantes na língua de chegada para assim poder realizar o mesmo processo de extração e estudo das fraseologias de forma a encontrar as traduções mais adequadas. Por fim, depois de validadas as fraseologias, procedeu-se à organização final da base fraseológica para que pudesse ser mais facilmente consultada.



# I. Enquadramento

Em Portugal, a CRP - Constituição da República Portuguesa, é o documento máximo que rege todo o país, no âmbito jurídico, político e social. Atualmente, a questão da Constitucionalidade e da importância da CRP tem estado em evidência mais do que nunca e cada vez mais são questionadas as normas vigentes e a forma como estas devem ser aplicadas no quotidiano da sociedade.

De igual forma, o Direito Civil encontra a sua base neste mesmo documento, uma vez que nele estão contidas as normas vinculativas que devem sempre ser respeitadas por todos os órgãos que emitem ou tomam decisões, tendo por base qualquer lei. Além disso, as normas que reconhecem os Direitos Fundamentais são um ponto crucial para as relações de Direito Privado.

No universo dos documentos jurídicos, os negócios jurídicos, vulgarmente conhecidos como contratos são dos tipos de textos mais requisitados e que mais relevância tem a nível da tradução e das relações internacionais, entre empresas ou entidades de países diferentes. Assim, torna-se crucial perceber o que está por detrás deste conceito e o que o caracteriza, bem como as suas limitações, de forma a poder aplicar as normas existentes correta e adequadamente.

## 1.1. O Negócio Jurídico - Conceito e Classificação

O facto jurídico é "todo o acontecimento, natural ou voluntário, a que a Ordem jurídica atribui como efeito a criação, modificação ou extinção de uma relação jurídica" (Falcão, Casal, Oliveira, & Cunha, 2007).

Embora seja um conceito bastante abrangente, o facto jurídico engloba a grande parte dos conceitos relativos à relação jurídica e aos consequentes efeitos jurídicos que se produzem. Como afirma Marques (1992), o facto jurídico representa a relação entre diferentes situações jurídicas, através das quais se estabelecem relações de continuidade, na medida em que estas situações se vão sucedendo e conectando, reforçando assim o conceito de dinamismo da vida jurídica.

O facto jurídico é um conceito suscetível das mais diversas classificações dos mais variados autores, sendo que aquela que é mais relevante para o objeto do presente projeto é a distinção entre factos voluntários ou atos jurídicos e factos jurídicos involuntários ou naturais. Os factos voluntários ou atos jurídicos produzem os seus efeitos jurídicos a partir da manifestação da vontade humana (Falcão et al., 2007), ao contrário dos factos naturais que resultam da ordem natural e involuntária das coisas e que por isso não apresentam relevância jurídica (Pinto, 2012), sendo que, devido à sua diversidade, estes não apresentam uma classificação ao nível jurídico. Por outro lado, segundo os vários autores, os atos jurídicos podem ser classificados entre lícitos ou ilícitos.

Segundo Pinto (2012), tal como a própria designação indica, os atos jurídicos lícitos são todos os atos que estão em concordância com a ordem jurídica e que são consentidos por esta. É dentro desta classificação que estão inseridos os negócios jurídicos, objeto do presente projeto, e que serão analisados mais à frente. Por outro lado, os atos ilícitos "...violam ou ofendem o direito objetivo..." (Falcão et al., 2007). Este tipo de ato jurídico pode ser de natureza civil ou criminal, dependendo do tipo de interesses em causa, ou seja, se estes influenciam os direitos e interesses individuais, no caso do ato de natureza civil, ou coletivos, no caso do ato jurídico ilícito criminal (Falcão et al., (2007). Por fim, este tipo de ato jurídico pode ainda ser classificado mediante o estado de espírito que é expresso pelo autor do mesmo, sendo que são assim distinguidos os atos ilícitos intencionais ou dolosos e os atos ilícitos meramente culposos (Falcão et al., 2007). Assim, no primeiro caso, o infrator tem a intenção clara de provocar danos enquanto que no segundo caso, o autor apenas age com negligência ou imprudência (Falcão et al., 2007).

Como foi brevemente referido anteriormente, os factos jurídicos voluntários, podem ainda ser classificados enquanto negócios jurídicos e simples atos jurídicos. Os simples atos jurídicos são "...factos voluntários cujos efeitos jurídicos se produzem, mesmo que não tenham sido previstos ou queridos pelos autores, embora muitas vezes haja concordância entre a vontade destes e os referidos efeitos." (Falcão et al., 2007, p. 142). Por outro lado, os negócios jurídicos são "...actos jurídicos constituídos por uma ou mais declarações de vontade, dirigidas à realização de certos efeitos práticos..." (Pinto, 2012, p. 379). Naturalmente, para que qualquer negócio jurídico aconteça, é imprescindível a existência de um sujeito a quem é atribuído um respetivo ato jurídico (Marques, 1992). Assim, "...um acto jurídico há-de ser sempre um acto de certa pessoa, ou, em outros



termos, um acto imputável a alguém dotado de personalidade jurídica." (Marques, 1992, p. 58)

Tal como Marques (1992) afirma, os negócios jurídicos não possuem exclusivamente uma autoria singular, podendo também envolver duas ou várias pessoas, passando por isso a ser negócios jurídicos de autoria plural. Como expressa a definição de Pinto (2012) apresentada acima, os negócios jurídicos expressam a vontade do seu autor, representando assim o princípio da autonomia da vontade ou autonomia privada que se caracteriza pelo facto de ser possível, juridicamente, que a vontade de cada pessoa seja não só manifestada mas também considerada como válida e passível de reproduzir efeitos jurídicos (Falcão et al., 2007). A relação entre a vontade e os respetivos efeitos jurídicos de um negócio é analisada em Pinto (2012), onde se distinguem três conceitos fundamentais: (1) a teoria dos efeitos jurídicos, que defende que os efeitos jurídicos correspondem ao conteúdo da vontade, (2) a teoria dos efeitos práticos, que considera que devem ser os efeitos práticos desejados a corresponder aos respetivos efeitos jurídicos, e por fim, (3) a abordagem que é considerada a mais correta e que se baseia no princípio de que uma parte deseja certos resultados que serão realizados, tendo como suporte uma base jurídica – teoria dos efeitos prático-jurídicos.

Tomando por base o conceito de autoria, singular ou plural, já abordada, (Falcão et al., 2007) referem que a distinção entre os diferentes tipos de negócio faz-se também partindo do número de partes intervenientes e também da forma com estas se articulam entre si. Aquando desta caracterização, é crucial não confundir pessoas com partes, sendo que várias pessoas podem constituir uma só parte. Como refere (Falcão et al., 2007), considera-se como parte a pessoa ou conjunto de pessoas que agem pelo mesmo interesse.

Assim, e como também refere Marques (1992), os negócios jurídicos "...não assentam apenas, como aqueles, no número singular ou plural dos autores de facto, mas na particular posição em que tais autores se encontram..." (Marques, 1992, p. 58). Desta forma, segundo estas diretivas, surgem os conceitos de negócios unilaterais (ou não sinalagmáticos) e negócios bilaterais (ou sinalagmáticos), também designados como contratos.

De acordo com Falcão et al. (2007), dizem-se negócios unilaterais, aqueles que se regem pela vontade de uma só parte. Segundo Pinto (2012), nos negócios unilaterais,

apenas pode existir uma declaração de vontade, ou várias, desde que sejam paralelas, como é o caso do testamento, por exemplo, onde se coincidem as vontades do autor do testamento e dos respetivos beneficiários. Para além disso, Pinto (2012) acrescenta ainda que nestes negócios, é necessário distinguir também os negócios recepiendos e não recepiendos. No primeiro caso, a declaração de vontade só é reconhecida se for, e no momento em que é dirigida a alguém. Pelo contrário, os negócios não receptícios apenas exigem a existência da declaração, como é o caso de aceitações de heranças ou constituições de fundações, por exemplo.

Por outro lado, Pinto (2012) declara que os negócios bilaterais ou plurilaterais são todos aqueles que são compostos por várias declarações de vontade com conteúdo e interesses opostos, ainda que convergentes para a obtenção do mesmo resultado jurídico. Tal como referido por Falcão et al. (2007), este tipo de negócios é vulgarmente denominado por contrato, essencialmente, pelo facto de estes serem constituídos por, pelo menos, duas partes.

Os contratos, como indica Marques (1992), representam a grande maioria dos atos jurídico-privados existentes e como mencionado acima, expressam vontades de diversas partes com interesses comuns. Como referido por Falcão et al. (2007), as vontades que estão associadas à formação do contrato são apresentadas através de uma proposta feita por uma das partes e da sua consequente aceitação pela(s) restante(s) parte(s). Após ser do conhecimento do destinatário, a proposta é irrevogável, sendo que assim se coloca a questão do momento em que começa a aplicação do contrato. De forma a discutir e analisar esta problemática, Marques (1992) sugere várias teorias: a doutrina da aceitação, na qual o contrato se inicia, quando o destinatário aceitar a proposta realizada; a doutrina da expedição, que considera o momento de expedição da aceitação como o momento de início; a doutrina da receção, que, como o próprio nome indica, indica o momento em que a resposta da aceitação é recebida e, por fim; a doutrina da perceção, onde o contrato só se inicia quando o respetivo proponente de facto tomar conhecimento da aceitação do destinatário.

## **1.2. Elementos do Negócio Jurídico**

De forma a identificar os diferentes elementos que constituem os negócios jurídicos, Marques (1992) apresenta uma abordagem tripartida que se divide em elementos essenciais, elementos naturais e elementos acidentais. Os elementos essenciais, como o próprio conceito expressa, são todos aqueles que são cruciais e indispensáveis à realização do ato, como por exemplo, a vontade, a forma, a causa do ato. Por sua vez, Falcão et al. (2007) estudam estes elementos de maneira mais aprofundada, ao distinguir três características fundamentais dos mesmos. Primeiramente, surge a capacidade e a legitimidade das partes intervenientes no negócio, sendo que a sua falta pode levar à nulidade ou anulabilidade dos mesmos. No seguimento desta característica surge o mútuo consenso, sem o qual não poderá existir contrato e que, como definido por Falcão et al. (2007), é a união das manifestações ou declarações de vontade das partes. Por último, Falcão et al. (2007) distinguem ainda o objeto passível como característica fundamental dos elementos essenciais do negócio jurídico. Segundo Falcão et al. (2007), o objeto pode ser distinguido entre objeto imediato, ou seja, os efeitos jurídicos que estão inerentes ao contrato, e objeto mediato que representa os bens ou serviços sobre os quais os respetivos efeitos jurídicos incidem.

Para além dos elementos essenciais, Marques (1992) considera que os elementos naturais advêm da própria natureza do ato jurídico e embora não façam parte e não sejam essenciais ao ato, são naturalmente inerentes a este. Tal como referido por Falcão et al. (2007), estes elementos são aqueles que não necessitam de ser estipulados pelos intervenientes no negócio jurídico uma vez que estão inerentes às disposições legais do mesmo. Por exemplo, aquando da celebração de contrato de compra e venda, é natural que o vendedor entregue o produto à pessoa que o comprou. Por fim, Marques (1992) refere ainda que os elementos acidentais representam todos aqueles que não estão inseridos nos restantes e que são desnecessários ao ato em si, sendo que a sua função principal é modificar algumas características do ato, de forma a adaptá-lo para acontecimentos e circunstâncias futuros.

Com o crescer da complexidade deste tema, surgem também outras subdivisões, tendo por base diferentes critérios, e que se baseiam no princípio da liberdade contratual, presente igualmente no art. 405 do Código Civil, e também largamente estudado por Marques (1992) que distingue o negócio jurídico segundo os seguintes tipos:

- Negócios consensuais (ou não solenes) e negócios formais e solenes: este tipo de negócio jurídico atenta no aspeto da forma e como o próprio nome indica, os negócios formais são aqueles em que é exigida uma certa formalidade, no que se refere a documentos, por exemplo, sendo que apenas são realizados se respeitarem certos comportamentos legais. Em oposição, os negócios consensuais podem ser realizados sem qualquer meio jurídico exterior especial. A aplicação da liberdade da forma nos negócios jurídicos é expressada pelo art.º 219 do Código Civil (CC) "A validade da declaração negocial não depende da observância de forma especial, salvo quando a lei o exigir"

- Negócios reais e não reais: o que distingue este tipo de negócio é o facto que exige uma prática anterior de um determinado ato material, real. Como referido por Falcão et al. (2007), o negócio real pressupõe a transferência do objeto mediato do contrato de uma parte para a outra. Por outro lado, segundo Falcão et al. (2007), os contratos não reais não dependem da transferência de posse de algo para que possam surtir efeitos jurídicos, como é o caso da compra e venda ou do arrendamento.

- Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos: Segundo Falcão et al. (2007) os negócios jurídicos distinguem-se também pelo facto das suas respectivas obrigações emergirem apenas para uma das partes ou para as duas. Um dos exemplos referidos por Falcão et al. (2007) para os contratos não sinalagmáticos é a doação onde apenas uma das partes detém obrigações. Por outro lado, segundo Falcão et al. (2007), o arrendamento de imóveis é um bom exemplo de um contrato sinalagmático, uma vez que as partes estão reciprocamente relacionadas e mantêm uma relação de interdependência no contrato. Este tipo de contrato é também denominado por unilateral ou bilateral, denominações essas que não devem ser confundidas com a classificação homónima dos negócios jurídicos abordada anteriormente.

- Negócios patrimoniais e negócios não patrimoniais ou pessoais: tendo por base a natureza jurídica do negócio, os negócios pessoais são aqueles nos quais, perante algum problema de interpretação, não são considerados os termos gerais dos negócios, mas sim a vontade real do declarante. Por outro lado, os negócios patrimoniais conferem a sua maior importância à vontade declarada. (Marques, 1992)

- Negócios entre vivos e negócios "*mortis causa*": a distinção entre estes dois tipos de negócios é bastante simples e intuitiva. Segundo Marques (1992) os negócios entre vivos, que constituem a maior parte dos negócios celebrados, partem do princípio que os

efeitos jurídicos devem ser produzidos com as partes vivas, enquanto os negócios “*mortis causa*” apenas produzem efeitos após a morte da parte prevista pelo mesmo.

- Negócios onerosos e negócios gratuitos: neste caso, como explica Marques (1992) o carácter de distinção centra-se essencialmente na finalidade do negócio e na sua função económica, sendo que os negócios onerosos são todos aqueles em que ambas as partes retiram vantagens do mesmo de forma recíproca, ao invés dos negócios gratuitos nos quais apenas uma das partes retira o benefício desse negócio. Esta designação pode ser confundida com a distinção entre contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos mas, como esclarece Falcão et al. (2007), num dos casos é tido em conta a reciprocidade das obrigações enquanto que, no outro caso, são observadas as suas vantagens patrimoniais.

- Negócios parciários: este tipo de negócio insere-se na divisão abordada acima e caracteriza-se pelo compromisso de uma das partes em prestar algo à outra, que tirará os seus benefícios dessa prestação.

- Negócios de mera administração e negócios de disposição: estes dois tipos de negócios são originados tendo por base questões de gestão do património associado. Assim, os negócios de mera administração são todos aqueles em que a parte que administra o património, adota uma posição protetora e prudente, sem correr riscos que possam danificar ou prejudicar o património. Pelo contrário, os negócios de disposição apresentam uma intenção totalmente diferente na medida em que, o seu principal foco é o risco, a aposta, a criação de lucro.

Enumerados os diferentes tipos de negócio jurídico, importa agora fazer uma análise especial relativamente aos documentos que são objeto de estudo do presente projeto, nomeadamente os contratos de prestação de serviços, de forma a perceber quais os aspetos principais relativamente à sua classificação e aspetos distintivos. Segundo o art.º 1155 do CC, "Contrato de prestação de serviço é aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição." (*Código Civil*, 2014)

Pela sua complexidade e abrangência, o Código Civil português concede várias modalidades a este tipo de contrato: mandato, depósito, empreitada, agência e avença. Segundo o art.º 1157 do CC, o mandato é um contrato no qual uma das partes pratica um ato jurídico sobre a outra parte. Por conseguinte, de acordo com o art.º 1185 do CC, o contrato de prestação de serviços representa um contrato de depósito na medida em que

este representa a entrega de algo imóvel ou móvel de uma das partes, estando acordado que o objeto do contrato lhe será restituído quando assim for exigido. Ainda mais, a empreitada representa, segundo o art.º 1207 do CC, um tipo de contrato durante o qual uma das partes realiza uma determinada obra que está sujeita a um preço.

Embora representem apenas uma amostra de todos os tipos de negócio jurídico existentes, todas estas distinções e denominações estudadas por Marques (1992) e por Falcão et al. (2007) são particularmente relevantes para a tradução jurídica, uma vez que os diferentes públicos-alvo que estão associados a todos estes tipos de negócios jurídicos, bem como os objetos dos mesmos constituem um elevado nível de complexidade a nível terminológico e conceptual. Para além da especificidade que a tradução dos negócios jurídicos acarreta no geral, o facto de cada tipo de negócio representar um objetivo e finalidade diferentes faz com que o tradutor tenha que ter uma especial atenção a este tipo de classificação, sem nunca poder descurar os aspetos teóricos que estão ligados à tradução jurídica, e especificamente deste tipo de textos, de forma a poder aplicar de maneira mais adequada determinadas particularidades como a terminologia, o tom, o registo e, principalmente, a exatidão e veracidade dos interesses dos seus intervenientes.

Atendendo à amostra de documentos em análise no presente projeto, importa fazer ainda uma breve referência à diferença entre as designações de negócio jurídico utilizadas. Como será visto no capítulo destinado à metodologia de tradução, o presente projeto tem como base contratos, acordos e protocolos. Apesar da sua similitude, estes tipos de textos jurídicos apresentam uma leve distinção, que se prende com a sua aplicabilidade. Assim, o que distingue o contrato dos restantes tipos de documentos é a sua obrigatoriedade de aplicabilidade perante um tribunal. Mehren (2014) Ainda assim, todos estes documentos jurídicos contêm um carácter instrutivo, uma vez que visam a aplicação de determinadas condições, inerentes a uma determinada relação jurídica entre os seus intervenientes. Por este motivo, apesar de constituírem documentos diferentes, o seu objeto permite que estes sejam analisados conjuntamente na amostra utilizada no presente projeto.

### 1.3. O Negócio Jurídico na *Common Law*

Ao contrário do Direito português, que segue a Constituição e outros documentos jurídicos similares e o que por estes é regulado, o direito inglês apresenta uma abordagem ligeiramente diferente. Desta forma, importa fazer um breve estudo introdutório relativamente ao direito inglês, passando depois para o direito contractual. Segundo (“Member State law - England and Wales,” 2013), portal de justiça da União Europeia, o direito da Inglaterra e do País de Gales do Reino Unido distingue-se em várias vertentes: a) a legislação do Parlamento do Reino Unido e da Assembleia Nacional do País de Gales, b) o Direito da União Europeia, c) legislação secundária provenientes da Assembleia Governativa do País de Gales, legislação decorrente de decretos administrativos e por fim, d) o direito comum (*common law*).

De acordo com este mesmo portal, a legislação de base, também denominada por Leis do Parlamento (Acts of Parliament) corresponde ao conjunto de leis que são aprovadas pelo Parlamento do Reino Unido e que se aplicam em todo o território ou apenas numa parte, devido à divisão e concessão de poderes aos parlamentos e assembleias autónomos. Por outro lado, a legislação secundária representa o conjunto de leis que é aprovado pela Rainha de Inglaterra ou por Ministérios e que são as leis do parlamento que lhe conferem o seu poder. Caso as fontes de direito entrem em conflito, é responsabilidade dos tribunais resolver estes mesmos conflitos, bem como os que advêm da interpretação da legislação. Ao contrário do que acontece em Portugal, uma vez que o Reino Unido não tem uma constituição escrita, não é possível alegar inconstitucionalidade, sendo que é o Parlamento que tem a autoridade total para decidir sobre qualquer lei. Neste sentido, é importante também referir que esta autoridade do Parlamento inglês está sujeita ao direito da União Europeia, devendo o direito nacional agir de acordo com o direito da União Europeia.

Para além das fontes de direito mencionadas acima, o direito inglês apresenta uma modalidade um pouco diferente do direito português e que importa analisar previamente ao estudo da lei contratual - o direito comum (*common law*). De acordo com Kiralfy (2013), esta tipologia de direito baseia-se essencialmente em decisões judiciais e nos precedentes de outros casos que tenham sido legislados e administrados por tribunais ingleses. O direito comum tem então sido adotado por países como os Estados-Unidos e

em praticamente todos os países da *Commonwealth*<sup>1</sup> e representa o contraste com os sistemas legais associados ao direito civil, sistemas adotados por vários países Europeus e que têm por base o direito romano.

Desde há vários séculos atrás, e segundo Mehren (2014), o direito comum inglês tem enfrentado questões associadas a relações contratuais e que estavam associadas à resolução de dívidas e na forma como os acordos celebrados poderiam conduzir esta questão. Por forma a combater este problema, os tribunais do direito comum inglês começaram por conferir uma maior aplicabilidade aos acordos celebrados, passando também a considerar que uma promessa não pode ser vinculativa por si própria, a menos que seja dado algo em troca. Em consequência, foi criada a lei contratual que estabelece as obrigações das partes e garante que estas sejam respeitadas de igual forma. Esta lei regula também situações através das quais as partes são coagidas a celebrar contratos inconscientemente, sem esquecer também as questões associadas com a interpretação dos documentos e sobre as quais devem ser os tribunais a decidir relativamente a qual das partes deve ser beneficiada em detrimento da outra, e das condições de cada contrato.

A lei contratual é encarada de forma diferente consoante os diversos sistemas legais existentes, existindo um grande contraste entre o direito civil e o direito comum. Uma das bases da lei contratual é a noção de oferta e aceitação e o momento em que estas podem ser executadas. Assim, de acordo com Mehren (2014) o direito comum considera que, caso as partes celebrem o contrato por correspondência, a aceitação acontece no momento em que a carta é expedida, sendo que o oferente pode exigir que o contrato só produza efeitos após a sua receção. Um outro aspeto bastante relevante é o momento em que uma oferta já não pode ser retirada por parte do oferente e quando essa mesma passa a ser efetiva para os efeitos de um contrato. Como indica Mehren (2014), o direito comum destaca-se por considerar que uma oferta é revogável até ao momento em que é aceite.

Como esclarece Mehren (2014), existem algumas transações que, pelos riscos que lhes são inerentes, são consideradas como não executórias e que têm por base quatro critérios, nomeadamente, 1) a necessidade de proteção dos indivíduos e dos tribunais contra provas fabricadas ou insuficientes, 2) a salvaguarda perante a imprudência dos indivíduos, 3) a preocupação em direcionar as atenções das partes para as suas obrigações para que possa perceber a relevância legal das suas ações, e por fim 4) o facto de algumas

---

<sup>1</sup> *Commonwealth* representa um conjunto de países que estão interligados e formam laços de cooperação entre si.



transações apresentarem características e valores considerados dúbios para a sociedade. Para o direito comum, podem ser considerados como não executórios contratos como, por exemplo, os de venda de bens que excedam um determinado valor ou acordos que apenas se realizem após um ano da sua redação.

De forma a proteger as partes, a lei contratual permite que o contrato seja ajustado perante circunstâncias que não tenham sido previstas. Este ajuste é facilitado caso ambas as partes tenham cometido algum erro ou caso uma das partes aja segundo uma assunção que achava ser do conhecimento da outra parte, sendo que o problema se coloca quando o erro é imputável a apenas uma das partes. De uma forma geral, os acontecimentos inesperados e as consequências que estes possam trazer para o contrato estão definidas pelas cláusulas da secção de força-maior. Caso tal não aconteça, a lei contratual prevê que estes ajustes estejam sobre legislação especial de maneira a que não cause transtornos demasiado significativos para as partes. (Mehren, 2014)

Por fim, o último aspeto analisado por Mehren (2014) prende-se com a incapacidade de cumprir as obrigações contratuais. No caso de serem aplicadas sanções monetárias, é crucial que se analise se a parte queixosa deve ser colocada numa posição semelhante a que estaria caso o contrato fosse completado ou se este apenas deve ser reembolsado pelas suas perdas, caso estas de facto existam. A lei parte do princípio que uma promessa associada a um contrato produz expectativas que se traduzem num determinado valor, seja de valor monetário ou sentimental.

A lei contratual contém, no entanto, alguns problemas que devem ser levados em consideração. Uma vez que a lei contratual é baseada na assunção de uma relação entre duas partes, a existência de contratos com múltiplas partes acarreta algumas dificuldades. Além disso, a existência de terceiros que possam ser influenciados pela celebração desse contrato é algo problemático essencialmente pelo facto de nunca se ter dado grande importância a esta questão, até ao aparecimento de algumas questões mais atuais como os seguros de vida, por exemplo. Segundo Mehren (2014), o direito inglês considera que uma pessoa não pode obter direitos sobre um contrato do qual não faz parte.

Outras das limitações referidas em Mehren (2014) prende-se com a substituição ou adição de partes a um contrato. Para estes casos, a lei prevê que uma parte não pode delegar os seus poderes a outra pessoa se isso significar mudanças importantes das responsabilidades delimitadas inicialmente, a menos que tal esteja definido expressamente no contrato. Por outro lado, tal como afirma Mehren (2014), a questão de

poder ser concedido dinheiro a uma pessoa que não faça parte do contrato não estabelece qualquer problema à lei contratual, pelo facto de não influenciar de forma significativa uma parte que esteja sob um contrato.

Por fim, tal como referido anteriormente, Mehren (2014) refere ainda a questão da interpretação dos textos, que está intrinsecamente relacionada com o facto de as regras contratuais terem a sua base em assunções simples daquilo que as partes pretendem, sem estarem salvaguardadas algumas situações especiais. De forma a resolver estas questões, faz parte das funções dos tribunais averiguar aquilo que as partes do contrato tinham em mente no momento da sua constituição.

Estas e outras questões associadas aos contratos têm sido analisadas sob uma perspetiva mais atual, resultando assim algumas considerações importantes. Segundo Mehren (2014), a questão da arbitragem tem ganho mais relevância devido às transações internacionais, cada vez mais frequentes. O conceito de arbitragem representa um conjunto de pessoas, escolhidas por associações ou grupos empresariais pelo seu conhecimento sobre as questões em causa e que dão o seu parecer profissional de forma a resolver os litígios. Pelo facto de serem pessoas alheias aos casos em disputa, estes árbitros conferem uma maior imparcialidade na resolução das questões do que os tribunais nacionais, por exemplo, no que se refere aos litígios internacionais.

Em suma, é possível concluir que o direito português e o direito inglês apresentam algumas diferenças na forma como baseiam as suas decisões, nomeadamente no que se refere às suas abordagens relativamente à lei contratual. Esta análise comparativa será crucial para o trabalho terminológico a desenvolver, uma vez que, tal como será estudado mais à frente, a contextualização especializada constitui um dos principais fatores de sucesso para a tradução, nomeadamente para a tradução jurídica.

Após a contextualização jurídica que está na base do presente projeto, é crucial refletir sobre os conceitos que dizem respeito à tradutologia e que são o pilar do estudo terminológico a desenvolver e que influenciam também a metodologia a aplicar.

## II. Enquadramento Tradutológico

A terminologia constitui um dos pilares da tradução e é um dos assuntos mais debatidos pelos especialistas da área, sendo que o seu estudo permite um maior conhecimento da metodologia da tradução bem como da sua realização bem-sucedida. Tal como referido por Pavel & Nolet (2002), a terminologia é um "(...) conjunto de palavras técnicas pertencentes a uma ciência, uma arte, uma autor ou a um grupo social" (Pavel & Nolet, 2002). Tal significa que qualquer ciência ou grupo que partilhe um mesmo tema de trabalho está inserido num determinado domínio especializado que contém a sua própria linguagem, ou seja, a sua própria terminologia.

No entanto, pelo facto de apresentar esta mesma especificidade, a terminologia é um dos maiores desafios para o tradutor, sendo que é algo com o qual se confronta constantemente e com que deve saber trabalhar de forma exímia, seguindo sempre procedimentos metódicos e em consonância com as metodologias preconizadas pela Terminologia. Desta forma, aquando da tradução de um texto que apresente uma temática e, consequentemente conceitos mais específicos, o tradutor deve procurar recursos e ferramentas robustos que apresentem as opções mais adequadas para as suas escolhas terminológicas e que lhe transmitam a confiança necessária para a produção de uma tradução de elevada qualidade terminológica.

### II.1. As Unidades Fraseológicas

O presente projeto tem como principal foco de análise as Unidades Fraseológicas. Desta forma, é crucial perceber e estudar o conceito por detrás destas unidades e quais as principais características, que as tornam componentes essenciais da terminologia.

Nos seus estudos, Bevilacqua (2004) estuda estas Unidades Fraseológicas nos seus diversos contextos e explica como é que estas se inserem no âmbito da terminologia no que se refere à sua aplicação, contextualização, tratamento, análise e naturalmente, à sua tradução.

De acordo com as teorias mais relevantes desta área, nomeadamente a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) de Cabré (1999, 2001, 2002), encara a terminologia como uma ciência multidimensional, que entrecruza a comunicação, a

linguagem e linguística, e o conhecimento. Desta forma, e segundo esta abordagem, as unidades terminológicas transmitem o conhecimento especializado de uma matéria.

Como refere Bevilacqua (2004), na sequência da TCT, Cabré formula também a Teoria das Portas (TP) que se distingue por se focar nos termos, e não na terminologia, e na sua poliedricidade, ou seja, na sua capacidade de serem analisados segundo várias perspetivas: cognitiva, linguística, semiótica e comunicativa. Apesar de apresentarem uma abordagem um pouco distinta, ambas as teorias de Cabré convergem na interdependência das diversas perspetivas destas unidades, sendo que a sua análise deve adaptar-se consoante as mesmas. Em consequência, segundo Bevilacqua (2004), esta abordagem multidimensional e multifuncional de Cabré pode também ser aplicada às Unidades Fraseológicas Especializadas (UFE).

Assim, a perspetiva linguística implica que a análise das unidades especializadas tenha por base um texto especialista, onde seja possível ter em conta o contexto real da unidade, pois é apenas nestes que se estabelece o seu valor especializado, designando-se estas por Unidades de Significado Especializado (USE). Para além disso, segundo esta perspetiva, as UFE devem ser analisadas de acordo com a gramática da língua às quais pertencem, permitindo assim o estudo dos

“...parámetros morfológicos, sintácticos, semánticos y pragmáticos que las caracterizan para poder explicar tanto su valor de UFE como el valor especializado que adquieren y, en consecuencia, su carácter de UCE .” (Bevilacqua, 2004, p. 11).

Por outro lado, a perspetiva do conhecimento admite que as unidades sejam transmissoras de um conhecimento especialidade, sendo que são designadas por Unidades de Conhecimento Especializado (UCE). Por fim, a perspetiva da comunicação distingue as situações comunicativas especializadas onde se inserem as Unidades de Comunicação Especializada (UNICOME), permitindo assim identificar as diferentes ocasiões onde estas ocorrem e que condicionam a sua utilização, tendo em conta aspetos como o tipo de texto, a sua finalidade, os interlocutores, entre outros.

Na análise deste tipo de unidades especializadas, e apesar de o principal foco deste projeto serem as UFE, é importante também não esquecer, durante a investigação, as outras perspetivas e aquilo que estas representam e transmitem. Além disso, as UFE têm a particularidade de, em determinados contextos, poderem perder o seu valor

especializado, apesar de o terem adquirido num outro, constituindo assim unidades específicas de um determinado âmbito ou área.

Pelo facto de ser uma temática pouco estudada e ainda pouco consolidada existe alguma diversidade denominativa, uma vez que, dependendo do autor, as UFE podem ser denominadas de formas diferentes - *fraseologismo*, *unidade fraseológica*, *unidade fraseológica eventiva*, *colocação*, entre outros. No entanto, apesar de apresentarem toda esta variação, tal não significa que a diversidade de designações esteja diretamente ligada à diversidade conceptual.

Segundo Bevilacqua (2004), a questão da diversidade conceptual apresenta três perspetivas que auxiliam e sustentam o processo de caracterização e identificação das UFE: (1) o reconhecimento das UFE de forma automática e a sua representação em produtos monolíngues ou bilingues através de propostas lexicológicas e lexicográficas, (2) uma perspetiva terminológica que afirma que *el término es el núcleo de la unidad* e finalmente (3) a perspetiva da tradução onde é realçado o carácter pragmático das UFE e a sua utilidade real no contexto da tradução.

Por outro lado, relativamente à diversidade de denominações, Bevilacqua (2004) refere três tendências que são defendidas respetivamente por vários autores e que procuram definir as UFE.

A primeira tendência define a unidade como colocação, ou seja, como "...unidad resultante de la combinación de dos unidades léxicas, una de las cuales es el núcleo y la otra el colocado..." (Bevilacqua, 2004). Por outro lado, a segunda tendência, bastante defendida por Pavel (1993), confere uma maior importância à perspetiva terminológica da UFE, uma vez que toma por base o termo e não estruturas morfossintáticas preestabelecidas, como acontece na primeira tendência.

Por último, a terceira tendência apresenta uma maior preocupação com a tradução, uma vez que considera que as UFE não são apenas sintagmas mas sim expressões que são características de um certo domínio ou temática, sendo que podem até ser frases completas. Esta última tendência focaliza-se na utilidade que as UFE podem ter para a tradução ou para a produção de textos, especialmente no que se refere a contextos como o direito, por exemplo.

Desta forma, e tendo em conta as três tendências, Bevilacqua (2004) conclui que a primeira tendência se baseia essencialmente na identificação das UFE através da perspetiva da lexicologia enquanto a segunda tendência toma por base a terminologia, ao

considerar a unidade terminológica como o núcleo da UFE. Embora tenham abordagens ligeiramente diferentes, Bevilacqua (2004) considera que ambas convergem na mesma tipologia morfossintática, ao considerar as UFE como “...sintagmas nominales, verbales preposicionales y adjetivales...” (Bevilacqua, 2004).

Embora Bevilacqua (2004) siga a segunda tendência, o objetivo do presente projeto inclina-se essencialmente para a perspectiva focalizada na tradução. Tendo em conta que o objetivo do presente projeto é a construção de uma base de fraseologias para auxílio à tradução, torna-se natural que a análise das UFE se direcione essencialmente para a terceira tendência. Esta opção ganha ainda mais força devido ao tipo de texto em análise, os contratos, que se caracterizam essencialmente por UFE com uma extensão considerável e que contêm um significado bastante específico neste tipo de texto, como é o caso de UFE como *É celebrado o presente acordo que se rege pelas seguintes cláusulas*.

Depois de apresentar as diferentes orientações de categorização das UFE, Bevilacqua (2004), apresenta, baseadas nestas mesmas tendências, diversos critérios de identificação das mesmas. De entre os critérios apresentados, Bevilacqua (2004) considera que apenas alguns reúnem o consenso de todas as perspectivas: a inclusão de, no mínimo, uma unidade terminológica que possa conceder o valor especializado à UFE, a estabilidade semântica e sintática entre os componentes da UFE, a sua utilização em textos de um tema específico e a elevada frequência das UFE nos mesmos.

Apesar de reunirem o consenso de vários autores, estes critérios apresentam várias falhas. Em primeiro lugar, por exemplo, as UFE, por sua natureza, são obrigatoriamente unidades sintagmáticas, formadas por mais do que um elemento linguístico, pelo que este não poderá ser um critério distintivo para as mesmas. Além disso, o carácter sintagmático, apesar de ser obrigatório para as UFE, não é exclusivo das mesmas, podendo haver outras unidades com as mesmas propriedades. Este argumento aplica-se também ao critério da inclusão de uma UT, uma vez que muitas outras unidades podem incluir UT, não sendo necessariamente caracterizadas como UFE. Para além disso, o critério de utilização das UFE em âmbitos específicos não poderá ser distintivo de uma UFE, pois este está inerente ao próprio conceito das mesmas, ou seja, uma UFE só é encarada como tal quando está presente num contexto especializado, sendo que nunca o poderá ser em contextos gerais. Por último, o critério de elevada frequência das UFE apresenta a sua vulnerabilidade no facto de, pela exigência de pelo menos duas unidades para serem reconhecidas como UFE, poder estar a excluir unidades que só ocorrem uma vez, e que não deixam, por isso,

de ser consideradas UFE. Assim, este critério apenas ganha consistência se se considerar a frequência, não da UFE isolada mas sim de um conjunto de formas geradas a partir de uma mesma estrutura.

Em conclusão, apesar das divergências dos diferentes autores sobre a caracterização, descrição e identificação das Unidades Fraseológicas Especializadas, os estudos conduzidos por Bevilacqua (2004), fornecem uma reflexão bastante importante relativamente a estas unidades e ao esforço que tem sido feito relativamente ao estudo das mesmas. Apesar das falhas apresentadas, foi possível tecer algumas considerações que irão servir de base e serão cruciais para o objeto do presente projeto – a construção de uma base fraseológica.

## **II.2. A Tradução Jurídica e a Problemática da Equivalência**

Tal como temos vindo a analisar no presente projeto, a tradução jurídica é uma área em constante evolução e que tem ganho um espaço cada vez mais relevante no contexto jurídico, uma vez que promove e facilita a comunicação entre os diversos intervenientes de um determinado acontecimento jurídico. No entanto, pela complexidade que lhe é inerente, esta é uma área que carece ainda de vários estudos, de forma a melhorar as suas metodologias e processos de tradução. Apesar de a tradução, em geral, ser uma área que confere sempre grande responsabilidade ao tradutor, a tradução jurídica eleva ainda mais essa responsabilidade, pelos efeitos jurídicos que pode produzir.

De forma a regular a tradução jurídica, a Direção Geral de Tradutores (DGT) da União Europeia (UE), apresenta legislação relativamente à forma como devem ser produzidos estes documentos. Assim, é política da DGT que todos os cidadãos da UE estejam informados do que se passa no âmbito da UE e que possam ter acesso a todas as suas leis numa língua que possam compreender, preferencialmente na língua oficial do seu país. No seu primeiro regulamento de 1958, a UE indica quais as línguas oficiais e de trabalho e a forma como estas são trabalhadas. Desta maneira, de acordo com o seu regulamento, a DGT estabelece duas perspetivas para a tradução de documentação. Em primeiro lugar, segundo o artigo 2, caso sejam enviados documentos por estados-membros para instituições da Comunidade Europeia, estes devem estar redigidos numa das 24 línguas oficiais, sendo que a resposta aos mesmos deve ser feita na mesma língua.

Por outro lado, de acordo com o artigo 3 do mesmo documento, caso uma instituição da União Europeia envie documentos para um estado-membro ou cidadão de um estado-membro, estes devem estar redigidos na língua que esse estado-membro designou como língua oficial. Todos os restantes documentos, incluindo regulamentos ou o Jornal Oficial da União Europeia, deverão estar redigidos nas línguas oficiais. Existem ainda alguns casos especiais para organismos particulares, nomeadamente o facto de as instituições da Comunidade poderem estipular as regras relativamente à forma como as línguas são utilizadas em casos específicos, e também o facto de o Tribunal de Justiça regular as línguas para os seus processos. ("EU language legislation," n.d.) O Parlamento Europeu dispõe, também, de um código de conduta, datado de 2008, e que estabelece todas as condições, obrigações, responsabilidades e pormenores relativamente a todas as traduções ou interpretações que sejam feitas no seu âmbito.

A tradução, seja em que área for, envolve sempre uma relação entre um texto de partida (TP) e um texto de chegada (TC), tentando sempre encontrar as melhores possibilidades de tradução para a terminologia em questão, estando assim o tradutor constantemente a ser confrontado com o problema e o conceito de equivalência. Tal como Bahtia afirma em Trosborg (1997 p. 204):

"...Translation is not simply a matter of linguistic transference alone, but a genuine act of communication in its own right, perhaps more complex than communication in a singular semiotic system...."

Assim, é necessário que o tradutor tenha um conhecimento bastante aprofundado, não só do contexto, público-alvo, autor e estrutura léxico-gramatical do texto de partida mas também dos mesmos aspetos no texto de chegada, através do estudo sociocultural de ambas as línguas bem como dos seus sistemas comunicativos, o que facilita a escolha de equivalentes apropriados.

Por conseguinte, a equivalência é um assunto que desperta o interesse e o foco de um grande número de autores que realizaram vários estudos relativamente aos diferentes tipos de equivalência existentes.

De acordo Cowie (2001), uma das primeiras abordagens relativamente a esta temática provém de Vinay e Darbelnet (1958/1972) que encaram a equivalência na tradução como um processo que replica o sentido da língua de partida, enquanto se utiliza palavras diferentes. Ao aplicar este processo, é possível manter as propriedades estilísticas do texto de partida no texto de chegada. Desta forma, o tradutor facilita o



processo de tratamento de provérbios, expressões idiomáticas, onomatopeias e semelhantes.

Como referido em Pym (2010), no seguimento das questões levantadas por Vinay e Darbelnet (1958/1972), Eugene Nida (1964) inicia a discussão dos vários tipos de equivalência existentes entre os quais distingue a equivalência formal e a equivalência dinâmica. Um exemplo bastante claro desta distinção, referida em Pym (2010), é a expressão espanhola *martes 13*. Por um lado, a equivalência formal foca-se na forma e conteúdo da mensagem do texto, onde o tradutor centra a sua atenção nos elementos formais do texto como, por exemplo, a consistência de utilização de palavras, aspetos gramaticais, estruturas de frases, entre outros, seguindo e preservando meticulosamente o TP e as suas propriedades formais. Por outro lado, a equivalência dinâmica apresenta uma maior orientação para o público-alvo, ao concentrar-se mais na adaptação cultural e linguística. Para esta decisão importa fazer uma breve contextualização cultural desta expressão.

Esta é uma expressão que tem a sua origem em alguns aspetos mais religiosos e sobre a qual existem muitas versões relativamente à sua origem, importando apenas conhecer algumas destas perspetivas. Nas culturas hispânicas, o dia de azar é a terça-feira, em espanhol *martes*, uma vez que, segundo a mitologia grega, martes está associado ao Deus da guerra, Marte. (Olano, n.d.). Por outro lado, segundo Lim (2014), as culturas anglo-saxónicas consideram a sexta-feira como um dia de azar devido a três eventos, todos eles religiosos: 1) o dia em que Eva deu a maçã envenenada a Adão, 2) o dia em que Cain matou o seu irmão Abel e 3) o dia em que Jesus foi crucificado. Como refere Lim (2014), segundo a mitologia, o número 13 é considerado como um número de azar pelo facto de este estar para além do número perfeito, o 12. São também propostas algumas teorias e que remetem para os 12 apóstolos presentes na Última Ceia aos quais se juntou um último convidado – Judas, o traidor de Jesus.

Assim, com base neste enquadramento cultural, o exemplo acima seria traduzido como *Friday the thirteenth* ou *Sexta-feira 13*, em inglês e português respetivamente. No entanto, estes conceitos contêm alguns problemas. No que se refere à equivalência formal, esta pode causar alterações significativas no TP já que pode não ser inteiramente compreendida pelo público-alvo, pela possibilidade de distorcer os padrões gramaticais da língua de chegada. Por outro lado, relativamente à equivalência dinâmica, existe o risco de se perder ou modificar a forma do TP. No entanto, desde que a consistência do

contexto se mantenha durante a transferência para o TC, a mensagem é preservada e a tradução mantém-se fiel ao texto de partida

Posteriormente, como referido em Pym (2010), ao contrário de Nida (1964), Catford (1965) faz uma abordagem mais textual, ao definir a tradução como a substituição de material textual da língua de partida por outro correspondente na língua de chegada. De acordo com Pym (2010), Catford (1965) define a equivalência como algo que deve ser "rank-bound", no sentido em que, embora não existam significados completamente semelhantes para termos na LP e na LC, quando enquadrados na mesma situação ou contexto, estes podem ser válidos.

Pym (2010) menciona também que, em contraste com Catford, Reiß (1971), focou os seus estudos na distinção de três tipos de textos; informativo, expressivo e operativo. Seguindo esta distinção, Reiß (1971/2000) considera que a equivalência deve ter em conta esta diferenciação e deve, assim, ser encarada com base na respetiva forma, conteúdo e efeito. Assim, segundo Pym (2010), a teoria de Reiß é, por este motivo, denominada como funcional.

Apesar dos vários tipos de equivalência que são referidos pelos diversos autores, Baker (1992), apresenta uma abordagem ligeiramente diferente, ao oferecer uma visão mais detalhada para a definição e aplicação deste conceito. Na sua investigação, Baker (1992) distingue primeiramente entre a equivalência ao nível da palavra (*word level*) e ao nível acima da palavra (*above word level*), ou seja, quando o tradutor é confrontado com o texto de partida, este analisa unidades individuais, de forma a encontrar o equivalente correto para o respetivo texto de chegada, tanto no que respeita à palavra como a segmentos mais complexos do que a palavra.

Para além desta distinção, Baker (1992) identifica mais três tipos de equivalência – gramatical, textual e pragmática.

A equivalência gramatical assenta no facto de as regras gramaticais variarem consoante a língua, o que causa grandes problemas ao nível do processo de tradução e da pesquisa pelo correspondente mais adequado na língua de chegada. Esta variedade de estruturas gramaticais entre TP e TC pode causar diferenças bastante significativas na mensagem que é transmitida, o que pode fazer com que o tradutor adicione ou omita informação ao TC, de forma a compensar determinadas estruturas gramaticais do próprio TP, como por exemplo, número, formas verbais, pessoa ou género.

Por outro lado, a equivalência textual tem o seu principal foco em aspetos como a coesão e coerência textual e na própria compreensão e interpretação do TP. Para que possa verter a mesma coesão e coerência textual para o TC, o tradutor deve tomar decisões que garantam a conservação destes aspetos, mantendo sempre em mente o público-alvo, o objetivo do TP e o tipo de texto.

Por fim, Baker (1992) faz ainda referência à equivalência pragmática, que se baseia em elementos de carácter implícito do TP, sendo que o tradutor deve focar-se não apenas no que é dito explicitamente no texto, mas também no que está implícito, sendo que o tradutor deve possuir as competências para descortinar as mensagens escondidas, os intertextos e as ligações aos contextos de situação e de cultura que o TP possa ter. A lógica da equivalência pragmática vai no sentido de tentar sempre ter em conta a intenção do autor do TP na cultura e contexto do TC, para que o público-alvo possa entender a mensagem, por muito rica que seja, de forma clara.

Para finalizar, e apresentando os estudos mais direccionados para a tradução jurídica e com uma atenção especial para a tradução de contratos surge, em Šarčević (2000) uma abordagem que privilegia a adaptação jurídica e que está intrinsecamente ligada à cultura e essencialmente ao país da língua de partida. Tendo por base algumas abordagens de autores como Catford, K Kiehl, Nida, e em maior foco, Vermeer, Šarčević (2000) opta por desmistificar algumas das teorias ligadas à tradução, propondo uma abordagem que explore as particularidades da tradução jurídica, ou seja, enquanto alguns autores aplicam a teoria geral da tradução aos textos jurídicos, outros tentam adequar outro tipo de bases teóricas que possibilitem a utilização de técnicas e metodologias mais específicas.

Como referido por Šarčević (2000), é crucial definir os critérios mais adequados para a escolha de uma estratégia de tradução jurídica. Durante muito tempo, sempre se admitiu a tipologia de texto como a característica principal, sendo que, em 1971, Reiß, como já estudado acima, propõe que esta análise também tenha em conta a função do texto. A partir desta primeira abordagem, vários teóricos seguirem a proposta de Reiß e centraram as suas atenções na transferência cultural e nos aspetos mais pragmáticos de um texto. Consequentemente, segundo Šarčević (2000), os tradutores passaram a ser encarados como produtores de textos focalizados nos fatores comunicativos para que seja possível corresponder às expectativas dos destinatários dos textos. Esta perspetiva é sustentada pela teoria de *skopos* de Vermeer através da qual se apresenta uma alternativa à tradução tradicional. Tal como explica Šarčević (2000), Vermeer encara a sua teoria como algo

que pode ser aplicado a todos os tipos de tradução, sendo que recebeu bastantes críticas de Šarčević. Como explica Šarčević (2000), Vermeer defende-se ao declarar que a tradução de contratos pode ser feita consoante a sua função comunicativa, ou seja, a tradução focada na língua de chegada deve ser feita em contratos que irão ser postos em prática, enquanto a tradução centralizada na língua de partida deve ser utilizada quando os documentos constituem uma prova em tribunal. No entanto, segundo Šarčević (2000), esta assunção de Vermeer acaba por simplificar em demasia a tradução de documentos jurídicos, uma vez que é necessário considerar o enquadramento legal que está associado a esses mesmos textos e à sua aplicação perante a lei de um determinado país. De acordo com Šarčević (2000), quando estamos perante documentos jurídicos, a seleção de uma estratégia de tradução deve sempre privilegiar os seus aspetos legais, sendo que no caso particular dos contratos esta abordagem ganha ainda mais relevância.

Esta escolha de estratégias de tradução tem sido alvo de várias análises. Tradicionalmente, os tradutores jurídicos sempre seguiram a lógica de manter a fidelidade ao texto de partida para que a letra da lei seja preservada, sendo assim a tradução literal é a regra geral para a tradução jurídica (Šarčević, 2000). No entanto, tal como Šarčević (2000) refere, as estratégias de tradução jurídica variam consoante o sistema legal, sendo que até utiliza a perspetiva de algumas autores para corroborar esta abordagem, como é o exemplo de Koutsivitis, tradutor da Comissão da UE, que esclarece que nesta instituição o papel do tradutor é transferir o sentido do texto original. Este ponto de vista é também apoiado por Pescatore onde este sugere que a tradução jurídica ideal é aquela que parece ter sido escrita na língua para a qual foi traduzida. Šarčević (2000)

Para além deste aspetos, Šarčević (2000) analisa ainda uma outra questão bastante relevante. Atualmente considera-se que todos os documentos de um sistema legal são vistos como autênticos de forma semelhante, ou seja, caso exista qualquer tipo de ambiguidade em termos linguísticos, nenhuma das várias versões de um texto deve sobrepor-se a outra de uma língua diferente. Desta forma, segundo este ponto de vista, é assumido que todas as versões linguísticas de um texto são equivalentes no que se refere ao significado, efeito jurídico e intenção. No entanto, é bastante claro para os profissionais jurídicos que um tradutor não deve procurar reproduzir o texto de partida relativamente ao significado mas sim relativamente ao seu efeito legal. Na verdade, esta é uma característica crucial para a produção de texto jurídicos, uma vez que poderá acarretar consequências jurídicas bastante significativas para os intervenientes de um documento

jurídico. Para isso, o tradutor jurídico deve ser capaz de compreender todas as dimensões do documento, dando especial atenção ao efeito jurídico pretendido e como é que é possível atingi-lo na língua de chegada. No entanto, como indica Šarčević (2000), esta abordagem apresenta alguns problemas relacionados com o facto de cada sistema legal possuir a sua própria terminologia, estrutura, fontes de direito, entre outros fatores. De forma a combater esta diversidade, algumas entidades, como é o caso da União Europeia, têm feito o esforço para criar alguns mecanismos que regulem a jurisdição dos tribunais de cada país permitindo, assim, diminuir a diversidade de interpretações de documentos jurídicos.

Em suma, apesar de todos os estudos, análises e abordagens dos mais notáveis linguistas, a equivalência é um conceito bastante controverso e que causa bastantes problemas no que se refere à teoria da tradução. Apesar das diversas perspetivas apresentadas e analisadas acima, os diferentes autores têm bastante dificuldade em convergir numa definição e abordagem universal deste conceito, sendo que cada um oferece uma perspetiva diferente. No entanto, relativamente à tradução jurídica, a problemática da equivalência ganha ainda mais relevância e o tradutor deve procurar escolher as estratégias de tradução mais adequadas ao tipo de texto em questão e ao seu enquadramento comunicativo.

### **II.3. Conceito de *Corpus***

O conceito de *corpus* é um dos conceitos chave dos Estudos de Tradução e tal como é definido por Palumbo (2009) é o conjunto de textos que serve como base de análise para a tradução. Os primeiros estudos sobre *corpus* datam de 1960, sendo que sofreram uma evolução bastante significativa ao longo dos anos de 1980 e 1990 quando estudiosos como John M. Sinclair começaram a aprofundar e a explorar os recursos informáticos para recolher grandes quantidades de textos. (Palumbo, 2009)

De acordo com Palumbo (2009) os *corpora* unilingues podem ser classificados segundo várias distinções: a) *corpora* geral, onde estão incluídos textos que não pertencem a um domínio específico, b) *corpora* especializado, onde se inserem documentos de uma determinada especialidade c) *corpora* de aprendizagem (*learner corpora*), muito utilizados por aprendizes de uma determinada língua, d) *corpora* de monitorização, através dos quais é possível acompanhar as mudanças da língua ao longo

do tempo e e) *corpora* histórico que, como o próprio nome esclarece, apresentam textos de determinados períodos históricos.

Como explica Palumbo (2009), apesar de este tipo de classificação ser bastante importante para os estudos sobre esta matéria, foi na década de 90 que o conceito de *corpora* ganhou ainda mais ênfase quando teóricos de tradução como Baker (1995, 1996), Laviosa (2002) e Olohan (2004) aprofundaram as suas análises relativamente a *corpora* multilingues, de maneira a facilitar e melhorar o processo e a metodologia associada à tradução. Na verdade, os *corpora* multilingues têm ganho cada vez mais relevância, devido à evolução da tradução assistida por computador e das ferramentas CAT<sup>2</sup> e pela possibilidade de auxiliarem a criação de memórias de tradução - armazenamento de textos já traduzidos e que permitem o reconhecimento de expressões semelhantes para que seja possível fazer a correspondência com traduções a traduzir.

Segundo Palumbo (2009), os *corpora* multilingues são constituídos por textos e pelas respetivas traduções, podendo estes ser unidirecionais, onde apenas apresentam a tradução de uma língua para outra, ou bidirecionais, nos quais se apresentam textos traduzidos de uma língua para outras e textos traduzidos no sentido inverso do mesmo par de línguas. Os *corpora* multilingues são cruciais para a tradução, por representarem a aplicação real de determinado tipo de texto na língua de chegada, oferecendo, assim, uma maior segurança para o processo de tradução, sendo que também desempenham um papel crucial em textos de domínios especializados, que o tradutor não domine inteiramente, uma vez que possibilitam que este possa aprofundar o seu conhecimento sobre um determinado tema nestes domínios. Como aprofunda Palumbo (2009), um *corpus* tornar-se-á ainda mais útil se os textos que o constituem estiverem perfeitamente alinhados, ou seja, se cada um dos segmentos da língua de partida conseguir ser correspondido com um segmento da língua de chegada. No entanto, é importante referir que este alinhamento nem sempre é possível e poderá causar alguns problemas, uma vez que determinadas línguas acarretam necessidades textuais, gramaticais e estruturais diferentes.

---

<sup>2</sup> Ferramentas CAT (Computer Aided Translation) representam os programas utilizados para auxiliar e conduzir o processo de tradução, como é o caso de SDL Trados, MemoQ, OmegaT, entre outros.

### III. Metodologia do Trabalho Terminológico

Tal como referido anteriormente, o trabalho terminológico é fundamental para a tradução e é também a base do presente projeto, uma vez que se pretende criar uma base de fraseologias usuais no discurso de contratos. Pavel & Nolet (2002) organizam o trabalho terminológico em etapas, de maneira a sistematizar as bases essenciais deste processo: 1) Identificar e avaliar a documentação especializada, 2) Delimitar o campo temático para a análise terminológica mediante um sistema de classificação, 3) Estabelecer a árvore de conceitos a serem definidos, 4) Extrair os termos de fontes da língua de partida e marcar as apoios textuais pertinentes, 5) Estabelecer a nomenclatura terminológica unilingue com base na árvore de conceitos, 6) Compilar os dados extraídos para construir *dossiers* terminológicos, 7) Registrar os termos em fichas terminológicas, 8) Rever as fichas para assegurar a conformidade das regras de pesquisa, de redação, de citação e de difusão, 9) Registrar as fichas numa base de dados e verificar a conformidade através de uma releitura, e numa fase posterior, 10) Gerir o conteúdo terminológico em função da evolução do saber especializado, do uso linguístico e das necessidades dos seus utilizadores.

Devido às necessidades específicas do presente projeto essas etapas foram reorganizadas em a) a identificação e avaliação da documentação, b) a identificação e recolha de termos, c) a compilação dos dados recolhidos, d) registo em fichas terminológicas através de recursos informatizados e e) validação e organização final, tendo em conta aspetos como a facilidade de pesquisa, por exemplo.

#### III.1. Análise do *Corpus* da Língua de Partida

Embora Pavel & Nolet (2002) explorem a fase inicial da seleção dos documentos objeto de análise, o presente projeto tem por base cinco textos, que foram cordialmente cedidos pela Universidade de Aveiro: três acordos de cooperação, um acordo de confidencialidade e um contrato de prestação de serviços.

As tabelas que se seguem tem o intuito de fazer uma primeira abordagem a estes textos e estão construídas tendo por base os critérios que se revelaram mais importantes para o trabalho terminológico realizado. Assim, estas contêm, naturalmente, o título do documento e respetivos autores, a sua proveniência, onde deve ser indicado o endereço

eletrónico ou fonte de onde os documentos foram retirados, a sua língua, incluindo a respetiva variante (Português Europeu ou Português do Brasil, por exemplo), a data do documento, caso exista, o que permitirá avaliar a atualização do texto e da terminologia utilizada. Após esta caracterização inicial e mais panorâmica, seguem-se alguns aspetos mais descritivos. Em primeiro lugar, é importante enquadrar cada documento num determinado tipo de texto jurídico. Apesar de, à partida, todos os documentos objeto de estudo serem bastante semelhantes ao nível da terminologia utilizada, é bastante importante ter sempre em consideração o tipo de documento, pois isso poderá influenciar determinadas decisões relativas à equivalência dos termos. Para além do tipo de texto, é crucial refletir, de forma individual, sobre o público-alvo de cada texto. Tal como referido acima, todos os textos em estudo são bastante semelhantes, sendo que é crucial, quer seja para o trabalho terminológico, quer seja para o processo de tradução, que a pré-análise de qualquer texto nunca negligencie determinados aspetos, sendo o público-alvo um exemplo claro disso mesmo. Por fim, apresenta-se apenas uma breve descrição do documento, que se deve focar essencialmente em aspetos como a estrutura do documento, extensão, o seu objeto e outras particularidades que possam existir.

**Tabela 1- Análise de documento do *corpus* da língua de partida**

<b>Título</b>	<i>Contrato de prestação de serviços</i>
<b>Proveniência</b>	Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro
<b>Autor</b>	Universidade de Aveiro
<b>Língua</b>	Português (PT)
<b>Data</b>	17 de abril de 2012
<b>Tipo de texto</b>	Contrato de prestação de serviços
<b>Público-alvo</b>	De forma direta, este documento destina-se aos outorgantes do presente documento, ou seja, Universidade de Aveiro e Município de Vila Nova da Barquinha. No entanto, de forma indireta, este contrato de prestação de serviços também se destina à entidade Agência Ciência Viva, Agrupamento de Escola D. Maria II e Vila Nova da Barquinha, e todas as famílias que irão usufruir da celebração deste acordo.
<b>Descrição</b>	Este contrato pretende celebrar um protocolo de colaboração entre a Universidade de Aveiro e o Município de Vila Nova da Barquinha para o desenvolvimento de atividades da área da educação, nomeadamente a construção de uma escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico e também no desenvolvimento de um Centro Integrado de Educação em Ciência. Este contrato é constituído por apenas quatro cláusulas mas, apesar da sua curta extensão, consegue abordar os pontos necessários à relação colaborativa a estabelecer, focando-se no objeto do contrato, no seu preço, confidencialidade e vigência. Além das cláusulas referidas, este



contrato contém, ainda, após a apresentação das partes intervenientes, algumas referências ao enquadramento anterior e associadas à celebração do mesmo, indicando as razões que levaram à sua celebração.

**Tabela 2 - Análise de documento do *corpus* da língua de partida**

<b>Título</b>	<i>Protocolo de colaboração</i>
<b>Proveniência</b>	Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro
<b>Autor</b>	Universidade de Aveiro
<b>Língua</b>	Português (PT)
<b>Data</b>	Não especificada
<b>Tipo de texto</b>	Protocolo de colaboração
<b>Público-alvo</b>	Universidade de Aveiro e as entidades intervenientes na relação de colaboração.
<b>Descrição</b>	Este protocolo da Universidade de Aveiro estipula as condições que devem ser seguidas pela Universidade e por entidades com as quais se criam relações de colaboração. À semelhança dos restantes documentos, este protocolo inicia-se pela identificação dos outorgantes e em seguida, tal como é habitual, é feita uma referência às condições que estão por detrás do protocolo. Após estas notas introdutórias, segue-se a enumeração das cláusulas do protocolo, sendo que este documento tem a particularidade de não conceder um título às cláusulas, não apresentando, assim, uma segmentação explícita dos componentes do protocolo. A estruturação deste documento permite que este possa ser usado para diversos fins e para diversas entidades, sendo que é apenas necessário adaptar alguns dados mais específicos, nomeadamente, relativamente à identificação dos outorgantes e à descrição da atividade em questão.

**Tabela 3 - Análise de documento do *corpus* da língua de partida**

<b>Título</b>	<i>Acordo de cooperação para a realização em ambiente empresarial do programa de Doutoramento em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química</i>
<b>Proveniência</b>	Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro
<b>Autor</b>	Universidade de Aveiro
<b>Língua</b>	Português (PT)
<b>Data</b>	Não especificada
<b>Tipo de texto</b>	Protocolo de colaboração
<b>Público-alvo</b>	Este protocolo destina-se a todos os outorgantes do mesmo, ou seja, Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, Universidade Técnica de Lisboa,

<b>Descrição</b>	Associação das Indústrias Petroquímica, Química e Refinação (AIQR) e o estudante, principal interessado da celebração do presente acordo.
	Este documento visa a celebração de um protocolo de cooperação para que possa ser efetuado um trabalho de investigação no âmbito de programa de Doutoramento em ambiente empresarial. De entre a amostra de documentos em análise, este acordo é o mais extenso, uma vez que, por envolver várias partes, é necessário explorar um maior número de casos e condições para que assim seja possível ir ao encontro das necessidades de todos. É importante referir que, neste documento, todas as questões relativas à titularidade da propriedade intelectual e da informação confidencial, e também aos produtos do trabalho de investigação apresentam uma maior importância, uma vez que envolvem um maior número de partes interessadas.

**Tabela 4 - Análise de documento do *corpus* da língua de partida**

<b>Título</b>	<i>Protocolo de colaboração</i>
<b>Proveniência</b>	Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro
<b>Autor</b>	Universidade de Aveiro
<b>Língua</b>	Português (PT)
<b>Data</b>	Não especificada
<b>Tipo de texto</b>	Protocolo de colaboração
<b>Público-alvo</b>	Universidade de Aveiro e as entidades com as quais celebra o protocolo, bem como outros intervenientes que indiretamente estejam envolvidos no mesmo.
<b>Descrição</b>	Ao contrário do protocolo de colaboração analisado na tabela nº2, este protocolo contém a identificação dos seus intervenientes. Este documento pretende criar um ciclo de estudos conjunto entre todos os outorgantes e durante o documento são explicadas as condições deste ciclo de estudos, nomeadamente, a sua duração, condições de acesso, propinas e respetivo pagamento e os órgãos que irão supervisionar e coordenar a realização deste mestrado.

**Tabela 5 - Análise de documento do *corpus* da língua de partida**

<b>Título</b>	<i>Acordo de confidencialidade</i>
<b>Proveniência</b>	Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro
<b>Autor</b>	Universidade de Aveiro
<b>Língua</b>	Português (PT)
<b>Data</b>	Não especificada
<b>Tipo de texto</b>	Acordo de confidencialidade
<b>Público-alvo</b>	Universidade de Aveiro e os respetivos outorgantes, consoante a natureza do acordo.
<b>Descrição</b>	O presente acordo de confidencialidade é o único documento deste tipo no <i>corpus</i> do presente projeto e representa um modelo criado pela Universidade de Aveiro, através do qual é possível celebrar acordos

de confidencialidade com as entidades que de alguma forma criam relações com a mesma.

Este tipo de documento é frequentemente utilizado como acréscimo de outros protocolos e acordos de prestação de serviços, nos quais se trabalha com matéria de natureza mais delicada que exige tratamento de reserva no que à informação diz respeito, e que por isso deve manter-se confidencial. É também bastante frequente que as cláusulas referentes a informação confidencial sejam apresentadas como parte integrante dos acordos, quando este não carece de mais pormenores de esclarecimento. Por se tratar de um modelo, este documento não apresenta qualquer dado específico, tanto no que se refere a dados pessoais dos outorgantes, referências de data ou local, ou qualquer referência específica do objeto do presente acordo.

Apesar de, *a priori*, aparentarem representar vários tipos diferentes de textos jurídicos, a verdade é que todos estes textos têm o mesmo objetivo: estabelecer uma relação colaborativa entre a Universidade de Aveiro e outras entidades. Assim, a análise fraseológica a realizar poderá ser aplicada a todos estes tipos de textos, o que aumenta ainda mais o leque e foco do presente projeto.

Relativamente à macroestrutura, estes documentos partilham uma organização bastante semelhante, sendo que esta se divide em três grandes partes quanto à forma e função.

Em primeiro lugar, são apresentados os Outorgantes dos documentos, ou seja as partes que neles intervêm, quando existentes. Relativamente a este aspeto, são referidos os meios identificativos de cada um, bem como a posição que cada um ocupa no negócio jurídico. Neste caso, o maior desafio para o tradutor prende-se com a tradução de expressões bastante específicas como *fundação pública de direito privado, contribuinte n.º, pessoa coletiva n.º*, entre outras. Por se tratar de conceitos bastante marcados em cada país e sistema legal, é necessário que o tradutor consiga encontrar uma resposta tradutológica não só ao nível das denominações reconhecidas da língua de chegada, como também no que diz respeito ao seu significado legal.

De seguida, são apresentadas em pormenor todas as condições do contrato ou acordo. É através das cláusulas que são enumerados aspetos como a duração do negócio, âmbito, objetivo, consequências que lhe estão associadas, responsabilidades das partes, confidencialidade de informação, entre outros, consoante o tipo de documento e o objeto do mesmo. Esta secção representa talvez a parte mais crítica deste tipo de documentos, uma vez que qualquer aspeto que seja negligenciado ou mal explicado pode por em causa

todo o objeto, finalidade e sucesso do negócio a realizar. Assim, é também crucial que o tradutor interprete estas cláusulas com o maior cuidado e se mantenha fiel ao conteúdo do texto original, de forma a transmitir todas as informações apresentadas pelo texto de partida.

Por fim, segue-se o culminar do documento, com a assinatura dos Outorgantes. Relativamente a este último ponto, o tradutor deve ter em especial atenção o público-alvo dos mesmos, nomeadamente no que diz respeito a aspetos como a data ou eventuais especificações do país, por exemplo.

## III.2. O Corpógrafo

Como já referido anteriormente, este projeto tem como base fundamental e objetivo central a construção de uma base fraseológica que permita unificar e harmonizar a tradução de contratos. Assim, e tomando como base os cinco textos já abordados e analisados, foi feita uma extração de unidades fraseológicas. Para tal, foi utilizada a ferramenta Corpógrafo.

O Corpógrafo é uma plataforma desenvolvida pelo CLUP – Centro Linguística da Universidade do Porto, e que se destina à análise de *corpora*, oferecendo os recursos necessários para que um tradutor possa proceder à extração e organização terminológica dos mesmos.

Esta plataforma permite a inserção de inúmeros ficheiros e pode ser utilizado como recurso frequente, qualquer que seja o domínio em questão. Para tal, basta criar um *corpus*, inserir os ficheiros em análise, e realizar a extração dos termos para posterior criação das fichas terminológicas. Esta extração pode ser feita mediante alguns critérios como o número de unidade que devem conter o tempo, por exemplo. Após extraídos, os candidatos a termos são listados para que se possa fazer uma refinação e uma escolha mais adequada consoante o objetivo da utilização. Findo este processo, segue-se a organização das respetivas fichas terminológicas, que podem ser completadas com um vasto número de informações, sendo que todas estas informações podem ser atualizadas a qualquer momento. Após a estruturação das fichas terminológicas, estas podem ser consultadas mais tarde, ou exportadas caso se pretenda a sua utilização para outros fins.

### **III.3. Extração e compilação de fraseologias através do Corpógrafo**

De forma a retirar o maior partido das vantagens que o Corpógrafo oferece, e para aplicar os conhecimentos adquiridos neste projeto, foi criado um *corpus* com 5 ficheiros e 5349 átomos, através dos quais foi possível criar uma base fraseológica. Após a extração inicial, foram recolhidas 60 entradas, tendo em conta a frequência e ocorrência das mesmas nos textos de partida, para que representassem o tipo de texto em análise da melhor forma.

No entanto, depois de uma nova leitura do *corpus*, foi perceptível que existiam várias fraseologias que não foram tidas em conta na extração realizada pelo Corpógrafo e que representariam uma mais-valia para o presente projeto. Consequentemente foi realizada uma extração manual destas fraseologias, para que o produto final do presente projeto seja o mais completo e adequado possível, mediante o objetivo proposto para o mesmo. Assim, a lista de fraseologias inicialmente presente no Corpógrafo, foi transformada num ficheiro Excel, para que pudesse existir um processo de organização mais detalhado das fraseologias em estudo, e também para que depois pudesse ser importado para um *software* de gestão de bases terminológicas, nomeadamente o SDL MultiTerm, que será analisado mais à frente, quando concluída. Para além de representar um documento de enumeração de fraseologias, este serviu também para estabelecer relações entre as mesmas, de forma a ter em conta algumas expressões bastante semelhantes que foram encontradas no conjunto de documentos que integram o *corpus*.

Assim, numa etapa inicial, este documento Excel é constituído pela fraseologia em análise, o seu contexto e a respetiva fonte, relacionando de seguida a mesma com outras fraseologias similares que possam ocorrer, bem como os seus contextos e respetivas fontes. Desta forma, ao consultar esta base fraseológica, o tradutor poderá fazer a sua pesquisa mediante as diversas variantes que uma fraseologia pode apresentar, quer seja em género, número ou até em pequenas partes constituintes da mesma, aspetos estes que não alterem o seu equivalente de forma significativa na língua de chegada.

A estrutura do documento está representada pela imagem abaixo.

LÍNGUA DE PARTIDA					
FRASEOLOGIA	CONTEXTO	FONTE	FRASEOLOGIAS SIMILARES	CONTEXTO	FONTE
Adiante abreviadamente designado	<i>Entre as Universidades que instituíram, em regime de associação, o Programa de Doutoramento em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química, adiante abreviadamente designado por PDERPQ, criado pelo Despacho n.º 3905/2010. D.R. n.º 43, Série II de 2010-03-03, que se rege pelo Regulamento que consta do seu Anexo I, doravante designadas por Universidades:</i>	Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro - Texto 3	doravante designadas por	(1) <i>Entre as Universidades que instituíram, em regime de associação, o Programa de Doutoramento em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química, adiante abreviadamente designado por PDERPQ, criado pelo Despacho n.º 3905/2010. D.R. n.º 43, Série II de 2010-03-03, que se rege pelo Regulamento que consta do seu Anexo I, doravante designadas por Universidades:</i>  (2) <i>ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA PETROQUÍMICA, QUÍMICA E REFINAÇÃO, [...], doravante designada por AIQPR;</i>	Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro - Texto 3  Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro -

**Ilustração 1 - Representação inicial da base fraseológica, em formato Excel**

Durante a segunda fase do processo de extração e compilação terminológica, foram então acrescentadas cerca de 30 fraseologias, sendo que algumas das extraídas inicialmente foram completadas e adequadas, tendo em consideração o objetivo do presente projeto. Além disso, foram eliminadas algumas fraseologias por não serem exemplos representativos dos documentos em estudo, sendo que não iriam ser uma mais-valia para a base fraseológica deste projeto.

De notar também que algumas das fraseologias extraídas são compostas por vários elementos, o que contraria a definição proposta por Bevilacqua. São exemplo disso “propriedade intelectual resultantes da atividade desenvolvida”, “não se responsabilizam pelos danos ou prejuízos” e também “É celebrado, e reciprocamente aceite, o presente contrato de prestação de serviços, que se rege pelas seguintes cláusulas”. No entanto, pela sua relevância, frequência de ocorrência neste tipo de documentos, por terem sido objeto da validação do especialista aquando a sua correção, uso e pertinência e atendendo ao facto que a sua exclusão seria uma perda para o conteúdo do produto final, foi decidido que estas seriam mantidas e consideradas fraseologias de plena aceitação.

Como referido acima, durante o processo de análise das fraseologias em estudo, foi verificado que alguns dos exemplos extraídos eram bastante semelhantes entre si, sendo que foram agrupados e caracterizados como fraseologias similares e aos quais foram atribuídas uma ou várias fraseologias na língua de chegada, consoante o caso, estando as suas variantes apresentadas entre parêntesis. São exemplos deste caso, fraseologias como (1) *termo da vigência do (presente Acordo, termo da vigência do acordo e cessação do (presente protocolo)*, (2) *O disposto na (Cláusula) anterior, O disposto na (alínea) anterior e O disposto no (número) anterior* ou (3) *serem ressarcidas pelos danos ou prejuízos e ser indemnizada por danos*. Apesar de não representarem fraseologias

completamente iguais, estas são constituídas pelos mesmos constituintes essenciais, o que as torna similares, respeitando assim o critério de alta frequência analisado por Bevilacqua (2004), mencionado no capítulo que define e desenvolve discussão sobre as fraseologias (confrontar tema II.1). Assim, ao consultar a base fraseológica do presente projeto, o tradutor é confrontado com diversas variantes da mesma fraseologia, sendo que deve assim adaptar as fraseologias equivalentes na língua de chegada ao texto que pretende traduzir.

Para além do *corpus* que havia sido construído para a língua de partida, e de forma a pesquisar e encontrar os equivalentes para as fraseologias extraídas, foi feita uma compilação de textos na língua de chegada, Inglês (U.K.), privilegiando, principalmente, textos que representassem acordos celebrados por Universidades ou que estivessem enquadrados no mesmo contexto daqueles que constituem o *corpus* da língua de partida, tentando selecionar, pelo menos, um exemplar de cada um dos textos já analisados. (confrontar tema III.1)

Desta forma, para além de possibilitar uma correspondência ao nível da estrutura de ambos os *corpora*, é também possível estabelecer uma ligação entre os públicos-alvo dos mesmos, o que irá facilitar o processo de tradução das fraseologias, uma vez que existe alguma similitude no que diz respeito ao tom, formalidade do discurso, e mesmo ao nível da terminologia utilizada. Os textos que constituem o *corpus* na língua de chegada são sumariamente analisados pelas tabelas que se seguem.

### III.4. Análise do *Corpus* da língua de chegada

**Tabela 6 - Análise de documento do *corpus* da língua de chegada**

<b>Título</b>	<i>Agreement of cooperation between Tufts University and cooperating Institution</i>
<b>Proveniência</b>	Site oficial da Universidade de Tufts Endereço: <a href="http://provost.tufts.edu/wp-content/uploads/SampleCooperationAgreement.doc">http://provost.tufts.edu/wp-content/uploads/SampleCooperationAgreement.doc</a>
<b>Autor</b>	Tufts University (Universidade de Tufts)
<b>Língua</b>	Inglês (UK)
<b>Data</b>	Não especificada
<b>Tipo de texto</b>	Contrato de Prestação de Serviços
<b>Público-alvo</b>	Este acordo de cooperação destina-se à Universidade de Tufts e à respetiva Instituição com a qual esta Universidade irá celebrar o presente acordo. Da mesma forma, este acordo destina-se a todos

<b>Descrição</b>	aqueles que direta ou indiretamente sejam afetados pelo objeto e pela celebração deste acordo.
	O presente acordo é utilizado pela Universidade de Tufts como um modelo de acordo de cooperação nas relações que estabelece com outras entidades. Este documento enumera todas as condições que a Universidade de Tufts considera cruciais para a celebração de um acordo, sendo que, apesar de não apresentarem nenhum dado específico relativamente à matéria que é objeto do acordo, este documento é especialmente específico nas restantes condições, tentando sempre prever as eventualidades do acordo a celebrar. Apesar da construção de modelos de documentos ser uma mais-valia para qualquer instituição é importante ter em mente que o facto de este não ter sido feito especialmente para uma determinada situação poderá fazer com que alguns aspetos mais característicos da natureza do respetivo acordo sejam descurados, correndo, assim, o risco de ocorrerem efeitos jurídicos diferentes daqueles pretendidos pelas partes.

**Tabela 7 - Análise de documento do *corpus* da língua de chegada**

<b>Título</b>	<i>Contract for the supply of services</i>
<b>Proveniência</b>	Site oficial da Universidade de Portsmouth Endereço: <a href="http://www.port.ac.uk/departments/services/finance/purchasinginformation/tenderinformation/filetodownload,44924,en.pdf">http://www.port.ac.uk/departments/services/finance/purchasinginformation/tenderinformation/filetodownload,44924,en.pdf</a>
<b>Autor</b>	Portsmouth University (Universidade de Portsmouth)
<b>Língua</b>	Inglês (UK)
<b>Data</b>	Não especificado
<b>Tipo de texto</b>	Contrato de Prestação de serviços
<b>Público-alvo</b>	Atendendo ao facto de este documento ser um modelo de contrato de prestação de serviços, o seu público-alvo não está especificado. No entanto, pode concluir-se que, este documento será dirigido à Universidade de Portsmouth, enquanto instituição responsável e interessada na celebração do acordo e aos respetivos intervenientes diretamente designados no negócio jurídico objeto do presente documento,
<b>Descrição</b>	Este contrato de prestação de serviços representa um modelo criado pela Universidade de Portsmouth, e que tem como objetivo padronizar a celebração de contratos que esta instituição celebra com outras entidades. Assim, com a utilização deste modelo, no momento de celebração de um contrato de prestação de serviços mais específico, apenas será necessário adequar o modelo à área de trabalho que será objeto do mesmo. Como já referido na tabela acima, este tipo de modelos poderá trazer desvantagens ao nível dos efeitos jurídicos produzidos e que podem ser alterados pela falta de adequação a um objeto mais específico.



**Tabela 8 - Análise de documento do *corpus* da língua de chegada**

<b>Título</b>	<i>Provision of Services Agreement</i>
<b>Proveniência</b>	Endereço: <a href="http://www.infomagnet.com/sites/default/files/INFOMAGNET%20PROVISION%20OF%20SERVICES%20AGREEMENT.pdf">http://www.infomagnet.com/sites/default/files/INFOMAGNET%20PROVISION%20OF%20SERVICES%20AGREEMENT.pdf</a>
<b>Autor</b>	Este documento pertence à Infomagnet, uma empresa que se destina à criação de <i>websites</i> para outras empresas.
<b>Língua</b>	Inglês (UK)
<b>Data</b>	Não especificada.
<b>Tipo de texto</b>	Contrato de Prestação de Serviços
<b>Público-alvo</b>	Este contrato destina-se à celebração de contratos entre a Infomagnet e as empresas para as quais presta os serviços de construção de <i>websites</i> .
<b>Descrição</b>	A Infomagnet é uma empresa que constrói <i>websites</i> para outras empresas. Em consequência, é necessário definir os termos e condições dessa prestação de serviços e as responsabilidades de cada uma das partes no âmbito do presente acordo. Assim, a Infomagnet apresenta o presente documento como um modelo a utilizar expondo assim cláusulas relativas à descrição do serviço prestado, o seu preço e respetivo pagamento e também algumas formalidades mais genéricas como os direitos de propriedade intelectual, confidencialidade, relação entre as partes e as suas responsabilidades e também condições de término do presente documento.

**Tabela 9 - Análise de documento do *corpus* da língua de chegada**

<b>Título</b>	<i>Roehampton University - Terms and conditions for the purchase of services</i>
<b>Proveniência</b>	Página oficial da Universidade de Roehampton ( <a href="http://www.roehampton.ac.uk/uploadedFiles/Pages_Assets/PDFs/Finance/Terms%20and%20Conditions%20for%20the%20Purchase%20of%20Services.doc">http://www.roehampton.ac.uk/uploadedFiles/Pages_Assets/PDFs/Finance/Terms%20and%20Conditions%20for%20the%20Purchase%20of%20Services.doc</a> )
<b>Autor</b>	Roehampton University
<b>Língua</b>	Inglês (UK)
<b>Data</b>	Não especificada.
<b>Tipo de texto</b>	Listagem de termos e condições para a prestação de serviços
<b>Público-alvo</b>	Este documento destina-se à Universidade de Roehampton e às entidades com as quais esta estabelece relações de trocas de serviços ou bens.
<b>Descrição</b>	Apesar de, à semelhança dos documentos já analisados, também este representar um modelo criado pelas respetivas instituições, neste caso, a finalidade é ligeiramente diferente, assim como a sua estrutura. Em primeiro lugar, este documento inicia-se pelas suas definições através das quais são explicados os termos e conceitos mais recorrentes no texto e que possam suscitar alguma dúvida. Esta é uma particularidade bastante frequente em documentos jurídicos deste género sendo que, no

entanto, dentro da amostra de documentos escolhidos esta situação não é muito frequente. Após a listagem das definições segue-se a enumeração das cláusulas da prestação de serviços onde se incluem as suas bases, obrigações das partes, encargos e pagamentos, indemnizações e questões relativas à confidencialidade, entre outras formalidades mais genéricas. Ao contrário de outros documentos deste género, este documento não é finalizado pelas assinaturas dos intervenientes, sendo que esse é também um aspeto a considerar.

**Tabela 10 - Análise de documento do *corpus* da língua de chegada**

<b>Título</b>	<i>Agreement / Contract for the supply of services</i>
<b>Proveniência</b>	Página da Universidade de Oxford. Endereço: <a href="http://www.admin.ox.ac.uk/finance/processes/purchasing/t_and_cs/agreementcontractforthesupplyofservices/">http://www.admin.ox.ac.uk/finance/processes/purchasing/t_and_cs/agreementcontractforthesupplyofservices/</a>
<b>Autor</b>	Universidade de Oxford.
<b>Língua</b>	Inglês (UK)
<b>Data</b>	Não especificada.
<b>Tipo de texto</b>	Contrato de Prestação de serviços
<b>Público-alvo</b>	Este documento é dirigido à Universidade de Oxford e às entidades com as quais esta estabelece relações de cooperação ou de prestação de serviços.
<b>Descrição</b>	À semelhança dos documentos já analisados, também este exemplo é um modelo de contrato de prestação de serviços e à semelhança de documentos já analisados acima, também este é iniciado pela definição e explicação dos conceitos chave do documento. Este documento da Universidade de Oxford é bastante mais extenso do que os documentos já analisados e, apesar de se tratar de um modelo, apresenta uma maior especificidade ao delinear um maior número de cláusulas tentando assim abranger uma maior proteção, tanto para si como para os restantes intervenientes.

Como é possível perceber pelas tabelas de análise acima, todos os documentos em estudo na língua de chegada estão redigidos em Inglês (UK). No caso de línguas que contenham várias variantes, é crucial que o processo de tradução apresente uma escolha consciente de uma dessas mesmas variantes, tendo sempre em mente o público-alvo da tradução. Neste caso, uma vez que a Universidade de Aveiro realiza parcerias internacionalmente, o público-alvo dos seus documentos jurídicos é bastante vasto. No entanto, para o presente projeto, foi escolhida a variante de Inglês do Reino Unido, pelo facto de ser uma língua geograficamente mais próxima e que poderá abranger a grande

parte do público-alvo destes documentos. Além disso, considerou-se também que existiria uma maior necessidade da Universidade de Aveiro em estabelecer contratos com o Reino Unido, pela afinidade Europeia que se verifica entre estes os dois países, ao invés de com os Estados Unidos da América.

Tendo por base a amostra de documentos que foram objeto de análise, foi possível concluir que o direito português privilegia a especificidade dos seus negócios jurídicos, optando sempre pela adequação integral de cada caso, enquanto o direito inglês opta pela construção de modelos de contratos contendo a enumeração das suas condições mais significativas, adaptando posteriormente apenas alguns pequenos aspetos como a data e o nome das partes, consoantes os casos. Esta construção de modelos faz com que a análise dos documentos da língua de chegada esteja mais limitada, uma vez que não é possível obter informações específicas sobre a data dos documentos ou do seu público-alvo. No entanto, apesar destas limitações, é crucial que esta análise seja realizada, pois só assim é possível perceber se estes documentos se enquadram no objeto do presente projeto e também no *corpus* de documentos na língua de partida.

Como já referido anteriormente, as fraseologias são unidades especializadas constituídas por vários componentes terminológicos sendo que são um dos maiores desafios para o processo de tradução, pela sua especificidade relativamente ao contexto em que estão inseridas, e que consoante este podem ganhar ou perder o seu valor especializado. Uma base fraseológica deve ser construída tendo por base os critérios que se revelarem mais significativos para o tradutor, ao nível não só do tipo de texto mas também do objetivo que este pretende. Atendendo às suas especificidades, as fraseologias não podem ser analisadas tendo por base os mesmos critérios que unidades terminológicas menos complexas.

### **III.5. Recursos utilizados no processo de tradução das fraseologias extraídas**

A equivalência é a base de qualquer tradução (confrontar tema II.2). Conhecer o conceito e a aplicação de equivalência, pode transformar o produto final de qualquer tradução. No âmbito da terminologia, e em especial a terminologia jurídica, este aspeto torna-se ainda mais evidente. A procura pelo termo correto, que consiga transportar todo o significado do texto de partida, acarreta normalmente um conjunto de processos e

pesquisas bastante exaustivos, onde se conjuga o conhecimento linguístico do tradutor com a qualidade dos seus recursos, sejam eles textos paralelos ou dicionários multilíngues ou bilingues.

Este projeto, como já analisado anteriormente (confrontar tema III.1) este projeto teve como base um conjunto de textos na língua de partida, bem como um na língua de chegada. Para além destes documentos, foram também utilizados alguns recursos que permitiram a pesquisa dos equivalentes necessários e mais apropriados. A União Europeia (UE) contém vários recursos, construídos e validados pela DGT – Direção Geral de Tradutores, e que são a base de qualquer tradutor, especialmente no âmbito jurídico, a publicação multilíngue de publicações e documentos oficiais, permite que qualquer pessoa possa fazer pesquisas terminológicas e comparar todas as 24 línguas da UE.

#### **a. E-justice**

O e-justice é o Portal Europeu da Justiça e tem como intuito principal disponibilizar acesso fácil a informações sobre os diferentes sistemas de justiça da UE e sobre todos os aspetos ligados a este tema no geral. Este portal permite consultar as mais diversas informações que incluem os diferentes sistemas legais, tribunais, profissões jurídicas, jurisprudência, questões relacionadas com empresas e com os cidadãos, as atualizações e notícias mais recentes e tantos outros aspetos relacionados com o direito no seio da UE, em todas as suas línguas oficiais.

#### **b. Eur-lex**

O *website* EUR-Lex oferece acesso direto e gratuito ao direito da União Europeia e a outros documentos de carácter público.

Esta página contém milhares de documentos, os mais antigos dos quais datam de 1951. A base de dados é atualizada diariamente e todos os anos são acrescentados cerca de 12 000 documentos. É ainda possível aceder às edições diárias do Jornal Oficial da União Europeia *online*.

Ao aceder a esta página pode-se também ler mais sobre a legislação da UE, os procedimentos legislativos e as instituições da UE. O EUR-Lex também oferece ligações para o orçamento da União Europeia, para os registos das instituições e para outras fontes de documentação e informação.

Em termos de pesquisa, o Eur-lex dispõe da opção de visualizar um documento em várias línguas paralelamente. Esta é a função mais relevante para um tradutor em termos de leitura paralela e validação de termos, visto tratar-se de uma fonte muito confiável e legítima.

### **c. Proz:**

O principal objetivo do *website* Proz.com é fornecer acesso a ferramentas e oportunidades de trabalho a tradutores por conta própria e a empresas de tradução, permitindo, assim, que estes possam melhorar e atualizar o seu currículo e expandir o seu negócio. O Proz.com é considerado por muitos como a maior comunidade de tradutores do mundo, uma vez que dá aos seus membros acesso a variados e muito úteis serviços, recursos e contactos.

A funcionalidade mais pertinente desde *website* é efetivamente o glossário Kudoz, através do qual se pode consultar resultados terminológicos de outros tradutores. O facto de ser possível colocar questões e ver as dúvidas de terminologia esclarecidas, muitas vezes, com o auxílio de contexto e exemplos, tornam este serviço do Proz.com ainda mais importante e valioso para a comunidade tradutora.

Todos os recursos mencionados e apresentados acima constituem a base do processo de tradução das fraseologias seleccionadas. Apesar da viabilidade de todos estes recursos, durante o processo de pesquisa de equivalentes e de construção da base de dados das fraseologias, foram privilegiados os documentos extraídos na língua de chegada, por representarem documentos reais e que permitem uma maior adequação à terminologia jurídica da língua de chegada e maior confiança nos resultados alcançados. Os restantes recursos apresentados acima foram utilizados apenas em casos onde esta amostra de documentos era insuficiente e não continha as fraseologias pretendidas.

No entanto, no âmbito da tradução jurídica, a análise destes documentos não é suficiente para a validação das fraseologias já analisadas, no que se refere à sua ocorrência neste tipo de textos jurídicos, tanto na língua de partida como na língua de chegada, sendo que foi necessário recorrer ao auxílio de especialistas externos. No caso da validação das fraseologias na língua de partida, a validação foi realizada por um docente do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território na Universidade de Aveiro que validou a ocorrência das fraseologias objeto de estudo, confirmando que as mesmas

são frequentes na formulação de contratos. Por outro lado, era também crucial a validação das fraseologias na língua de chegada ao nível linguístico e terminológico, pelo que esse processo foi conduzido por uma docente do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, especialista em tradução, terminologia e, principalmente, tradução jurídica.

### **III.6. *Software* utilizado para a gestão das fraseologias**

Após os processos, já analisados anteriormente, referentes à extração, compilação e tradução das fraseologias objeto de estudo, é crucial transformar o documento Excel criado em algo que seja organizado, mais acessível e essencialmente que torne a pesquisa de uma fraseologia algo fácil e imediato. Para isso, a melhor solução encontrada foi o programa SDL MultiTerm, onde é possível fazer tudo isso com grande facilidade, sendo que apresenta também a grande vantagem de ser compatível com outros programas de tradução assistida, como é o caso do SDL Trados.<sup>3</sup>

Apesar de ainda permanecer uma atividade que carece da intervenção de um especialista, a tradução tem cada vez mais recursos que auxiliam o processo e que ajudam a conferir uma maior qualidade e consistência ao resultado final. Assim, os programas de tradução, quando corretamente utilizados, são uma grande mais-valia para qualquer tradutor e devem ser utilizados.

O MultiTerm é uma ferramenta de armazenamento e organização terminológica através da qual é possível criar bases terminológicas multilingues. Como referido acima, a grande vantagem desta ferramenta é a possibilidade de implementação com a ferramenta SDL Trados. Desta forma, e tomando como exemplo o objeto do presente projeto, ao realizar a tradução de um contrato, o tradutor poderá ter acesso à base fraseológica criada e sempre que ocorrer uma fraseologia que esteja presente nessa mesma base, o *software* irá reconhecer e apresentar o equivalente correspondente. Esta correspondência irá contribuir não só para um processo de tradução mais rápido, uma vez que diminui o tempo de pesquisa, como também irá aumentar a qualidade do texto de chegada devido ao alto nível de consistência que lhe irá ser atribuído.

---

<sup>3</sup> *Software* de tradução assistida que permite a organização de um documento em segmentos traduzíveis e a utilização de memórias de tradução e de bases terminológicas como auxiliares ao processo de tradução.

As bases fraseológicas podem ser construídas de várias formas - de raiz, utilizando um modelo do MultiTerm, ou através da importação de um ficheiro já construído. Assim, uma vez que já havia sido feito um ficheiro Excel, tal como abordado anteriormente, esta foi a opção escolhida para que, naturalmente, não fosse necessário começar todo o trabalho desde o início. Para casos como este, o MultiTerm apresenta uma ferramenta de conversão de ficheiros, de maneira a que, neste caso o ficheiro em formato .xls, adquirisse o formato adequado para a construção da base fraseológica.

Este programa está construído de maneira a ser bastante intuitivo e de fácil acesso para o tradutor ou terminólogo para que não perca muito tempo desnecessariamente. Assim, o processo de criação de uma base terminológica é bastante simples e feito por etapas. Naturalmente, a fase inicial prende-se com a identificação da base fraseológica e da sua organização, bem como das línguas que a constituem. De seguida, e numa fase um pouco mais complexa, a base fraseológica é organizada segundo os campos que irão apresentar a informação, o que no caso do presente projeto são, tanto para a língua de partida como para a língua de chegada, a fraseologia em estudo, o contexto e respetiva fonte, fraseologias que lhe sejam similares e seu contexto e respetiva fonte, tal como já foi explicado anteriormente. Após a organização e definição de todos os campos, a arquitetura da base fraseológica está construída e é apresentada logo de seguida contendo todas as fraseologias previamente analisadas. A representação final da base fraseológica está ilustrada pela imagem abaixo, estando a ficha terminológica do termo na parte central, e os restantes termos que constituem a base fraseológica na coluna à esquerda. De notar ainda que o tradutor pode, a qualquer momento, fazer as alterações que considerar pertinentes.

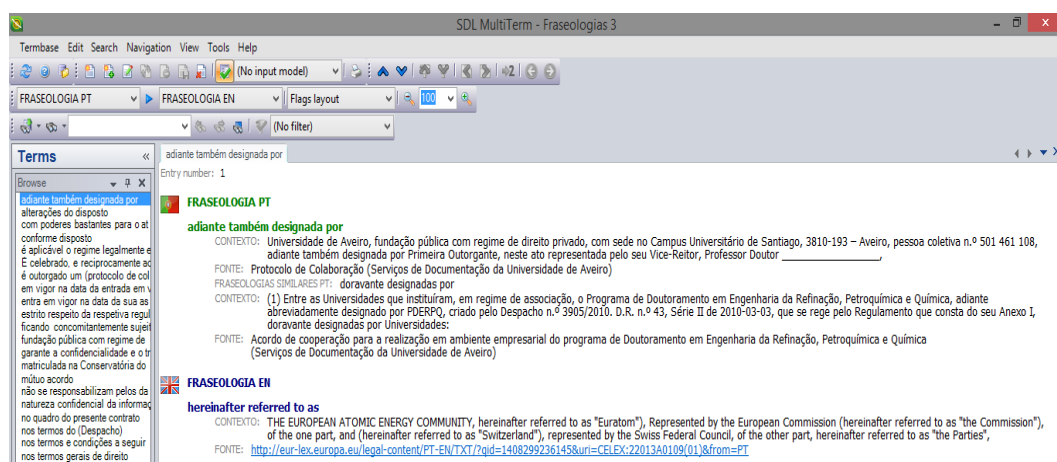


Ilustração 2 - Representação da base fraseológica através da ferramenta MultiTerm





## IV. Notas conclusivas

A tradução jurídica constitui uma das áreas da tradução que mais interesse suscita atualmente, pelo papel que desempenha nas relações entre os cidadãos e nas relações entre estes e as organizações, e das organizações entre si tanto a nível nacional como internacional. Cada vez mais se tem procurado melhorar as capacidades do tradutor jurídico, não só ao nível linguístico mas também no que se refere aos seus conhecimentos jurídicos, para que cada vez mais se possam formar tradutores especializados nesta área, que até agora tem sido explorada, essencialmente, por juristas. Desta forma, e para o culminar de uma etapa académica que pressupõe a especialização na tradução jurídica, a criação deste projeto e do seu produto final torna-se ainda mais pertinente. No entanto, em paralelo com o seu desenvolvimento, este projeto permitiu refletir relativamente a algumas questões relativamente às abordagens feitas pelos dois sistemas legais em análise (o direito português e o direito inglês) no que se refere às questões contratuais.

O trabalho de tradução de terminologia jurídica é algo bastante melindroso e que pode acarretar consequências pejorativas, caso não seja feito realizado com a necessária qualidade. Em primeiro lugar, a definição do *corpus* em estudo, tanto na língua de partida como na língua de chegada é algo que pode influenciar todo o trabalho feito daí em diante. Por conseguinte, para o presente projeto foram utilizados 5 documentos como amostra: um contrato de prestação de serviços, um protocolo de colaboração, um acordo de cooperação, um protocolo de colaboração e um acordo de confidencialidade, de onde foram extraídas 38 fraseologias para análise, mediante a aplicação da metodologia estudada no tema III.3. Relativamente a estas 38 fraseologias da língua de partida, considerou-se que os documentos em estudo apresentavam 26 fraseologias similares a algumas das fraseologias principais, pelo que também estas foram inseridas na base de fraseologias. Após a compilação das fraseologias para análise procedeu-se à escolha dos documentos na língua de chegada, pelo que foram selecionados igualmente 5 documentos: um acordo de cooperação, e quatro acordos e documentos para a prestação de serviços. Após a análise dos documentos na língua de chegada, estudada no tema III.4, e aplicando o mesmo método de extração utilizado para os textos da língua de partida, resultaram 53 fraseologias na língua de chegada.

Para que o produto final obtivesse o grau de qualidade pretendido, foi crucial que os documentos pertencessem a um mesmo universo de documentos jurídicos e que pudessem ser analisados com a utilização das mesmas estratégias e metodologias. Enquanto nos textos da língua de partida o foco esteve na frequência das ocorrências de determinadas fraseologias, já nos textos da língua de chegada procurou-se fazer corresponder estas mesmas fraseologias para que o seu equivalente produzisse os mesmos efeitos jurídicos pretendidos pelo autor dos documentos. Na ausência das fraseologias pretendidas, nos documentos da língua de chegada, houve a necessidade de, como referido no capítulo referente à metodologia, recorrer a outros recursos, nomeadamente algumas ferramentas disponibilizadas pela União Europeia. No entanto, aquando da utilização destes recursos, foi crucial a verificação da fidelidade das fontes utilizadas, uma vez que a tradução jurídica é regulamentada pela Direção Geral de Tradutores e deve procurar-se sempre respeitar as normas impostas por esta entidade assim como as suas propostas de tradução.

Para além da verificação das fontes utilizadas, a sensibilidade dos documentos jurídicos carece da validação de especialistas da área. Assim, a base de fraseologias do presente projeto foi sujeita a validação por parte de um especialista jurídico, que confirmou a utilização e frequência das fraseologias extraídas na língua de partida, e também por um especialista em tradução jurídica que validou as fraseologias na língua de chegada. Desta forma, o presente projeto adquire ainda mais valor, conferindo mais confiança aos tradutores que pretendam usufruir da base de fraseologias construída para a tradução de contratos no par de línguas Português (PT) e Inglês (UK).

Por fim, importa referir que a tradução dos documentos jurídicos que constituem os *corpora* deste projeto teria sido uma boa demonstração da aplicabilidade da base de fraseologias construída no âmbito deste trabalho, uma vez que permitiria a confirmação da sua utilidade. Por restrições de tempo e espaço, tal não foi possível realizar. No entanto, atendendo ao processo de validação conduzido pelos especialistas já referidos anteriormente e pela falta de ferramentas terminológicas que existem atualmente para a tradução jurídica, considera-se que o produto final desenvolvido será de extrema relevância para a comunidade da tradução jurídica, bem como para a Universidade de Aveiro e para as relações que esta estabelece internacionalmente com outras entidades, nomeadamente do Reino Unido. O intuito do presente projeto é assim facilitar o processo de tradução de contratos, não só pela confiança que transmitirá aos tradutores jurídicos,

oferecendo-lhes uma ferramenta validada por especialistas, mas também porque facilitará o processo de pesquisa, tornando assim a tradução mais rápida e com uma qualidade mais elevada.



## V. Bibliografia/ Webgrafia

- Baker, M. (1992). *In other words*. Routledge.
- Bevilacqua, C. R. (2004). *UNIDADES FRASEOLÓGICAS ESPECIALIZADAS EVENTIVAS: descripción y reglas de formación en el ámbito de la energía solar*. Diss. Pompeu Fabra.
- Código Civil*. (2014). Almedina.
- Cowie, A. P. (2001). *Phraseology - Theory, Analysis, and Applications*. Oxford University Press.
- EU language legislation. (n.d.). Retrieved October 06, 2014, from [http://ec.europa.eu/dgs/translation/translating/legislation/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/dgs/translation/translating/legislation/index_en.htm)
- Falcão, J., Casal, F., Oliveira, S., & Cunha, P. F. da. (2007). *Noções Gerais de Direito*. Rés.
- Kiralfy, A. R. (2013). common law. In *Encyclopedia Britannica*. Retrieved from <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/128386/common-law>
- Lim, J. R. (2014). The Origins of Unlucky Friday the 13th. Retrieved October 25, 2014, from <http://www.livescience.com/46284-origins-unlucky-friday-the-13th.html>
- Marques, J. D. (1992). *Noções Elementares do Direito Civil*. Almedina.
- Mehren, A. T. von. (2014). contract. Retrieved June 26, 2014, from <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/135270/contract>
- Member State law - England and Wales. (2013). Retrieved September 26, 2014, from [https://e-justice.europa.eu/content\\_member\\_state\\_law-6-EW-pt.do?clang=en](https://e-justice.europa.eu/content_member_state_law-6-EW-pt.do?clang=en)
- Olano, R. R. (n.d.). Historia del martes 13. Retrieved October 26, 2014, from <http://www.monografias.com/trabajos81/historica-martes-trece/historica-martes-trece2.shtml>
- Palumbo, G. (2009). *Key terms in translation studies*. Bloomsbury Academic.
- Pavel, S., & Nolet, D. (2002). *Manual de terminologia*. Canadian Government Publishing.
- Pinto, C. A. da M. (2012). *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra Editora.
- Pym, A. (2010). *Exploring translation theories*. Routledge.
- Šarcevic, S. (2000). Legal Translation and Translation Theory: a Receiver-oriented Approach.
- Trosborg, A. (1997). *Text Typology and Translation*. John Benjamins Publishing.



# Anexo I – Base fraseológica

**Nota:** Por motivos de formatação, a base de fraseologias apresentada abaixo foi encurtada, sendo que foram eliminadas as colunas referentes ao contexto e fonte de cada fraseologia para que assim fosse possível fazer uma disposição mais organizada. A versão completa da base de fraseologias encontra-se em formato digital presente no CD em anexo ao presente projeto.

<b>FRASEOLOGIA PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIAS SIMILARES PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIA INGLÊS</b>
<b>adiante também designada por</b>	<b>doravante designadas por</b>	<b>hereinafter referred to as</b>
<b>neste ato representada pelo</b>	<b>representada pelo</b>	<b>represented by</b>
<b>é outorgado um (protocolo de colaboração)</b>	-----	<b>enter into an (agreement of cooperation)</b>
<b>titular do número de identificação de pessoa coletiva</b>	<b>pessoa coletiva n.º</b>	<b>company registration no.</b>



FRASEOLOGIA PORTUGUÊS	FRASEOLOGIAS SIMILARES PORTUGUÊS	FRASEOLOGIA INGLÊS
É celebrado, e reciprocamente aceite, o presente contrato de prestação de serviços, que se rege pelas seguintes cláusulas:	É celebrado o presente acordo que se rege pelas seguintes cláusulas	The purposes of the cooperation (...) are as follows:
	É celebrado, livremente e de boa-fé, o presente protocolo de cooperação, que se rege pelas seguintes cláusulas:	
publicado no Diário da República	-----	published in the Diário da República (...) (Official Journal)
nos termos e condições a seguir descritos	-----	in accordance with these conditions

<b>FRASEOLOGIA PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIAS SIMILARES PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIA INGLÊS</b>
<b>ficando concomitantemente sujeitas aos termos do presente Acordo</b>	-----	<b>which imposes on and secures (from such person) terms equivalent to those imposed on (the Supplier)</b>
<b>fundação pública com regime de direito privado</b>	-----	<b>public foundation governed by private law</b>
<b>matriculada na Conservatória do Registo Comercial</b>	-----	<b>registered with the Trade Registry</b>
<b>entra em vigor na data da sua assinatura</b>	<b>O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura</b>	<b>shall be effective on the date hereof</b>

<b>FRASEOLOGIA PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIAS SIMILARES PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIA INGLÊS</b>
	<b>entrará em vigor na data da sua assinatura</b>	<b>executed as of the day an year first above written</b>
<b>tem a duração de</b>	<b>vigora</b>	<b>shall remain in effect until</b>
	<b>mantêm-se em vigor pelo prazo de</b>	<b>will continue in effect</b>
<b>que se rege (pelo)</b>	-----	<b>shall be governed by</b>
<b>no quadro do presente contrato</b>	<b>âmbito do objecto do presente Acordo</b>	<b>in connection with the performance of this Agreement</b>
	<b>para efeitos do presente acordo</b>	<b>as consideration for the (provision of the Services)</b>
	<b>âmbito do cumprimento do presente Acordo</b>	<b>as meeting the requirement of the contract</b>

<b>FRASEOLOGIA PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIAS SIMILARES PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIA INGLÊS</b>
	<b>no âmbito deste acordo</b>	<b>as a part or in relation to</b>
	<b>objecto do presente acordo (de confidencialidade)</b>	
	<b>em execução e no âmbito do</b>	
<b>com poderes bastantes para o ato</b>	-----	<b>possessing sufficient powers to</b>
<b>serem ressarcidas pelos danos ou prejuízos</b>	<b>ser indemnizada por danos</b>	<b>indemnified in full against all costs, expenses, damages and losses</b>
<b>natureza confidencial da informação</b>	-----	<b>information (...) of confidential nature</b>

<b>FRASEOLOGIA PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIAS SIMILARES PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIA INGLÊS</b>
<b>reservam-se o direito de</b>	<b>Reserva-se o direito</b>	<b>reserve the right to</b>
<b>conforme disposto</b>	-----	<b>in accordance with</b>
		<b>Subject to</b>
		<b>as set out in</b>
<b>resolver o contrato</b>	-----	<b>terminate the Contract</b>
<b>nos termos gerais de direito</b>	-----	<b>general provisions of law</b>
<b>Pelo (presente contrato)</b>	<b>por força da execução do (presente protocolo)</b>	<b>in respect of the (performance of the services)</b>
		<b>in connection with the (performance)</b>

<b>FRASEOLOGIA PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIAS SIMILARES PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIA INGLÊS</b>
<b>em vigor na data da entrada em vigor do presente Acordo</b>	-----	<b>on which date the Contract shall come into existence</b>
<b>termo da vigência do presente Acordo</b>	<b>termo da vigência do acordo</b>	<b>termination of the (Contract)</b>
	<b>cessação do (presente protocolo)</b>	<b>date of termination</b>
<b>O disposto no (presente protocolo)</b>	<b>O disposto no (presente acordo)</b>	<b>The provisions of this (clause)</b>
	<b>O disposto na (presente cláusula)</b>	
<b>titular de informação confidencial</b>	-----	<b>Disclosing Party</b>

<b>FRASEOLOGIA PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIAS SIMILARES PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIA INGLÊS</b>
<b>mútuo acordo</b>	<b>comum acordo</b>	<b>entire understanding (between the Parties)</b>
<b>para efeitos (do número anterior)</b>	<b>para os efeitos (previstos)</b>	<b>For the purpose of</b>
	<b>para os fins (referentes)</b>	<b>to ensure compliance with</b>
<b>titularidade dos direitos de propriedade intelectual</b>	-----	<b>full title guarantee (...) intellectual property rights</b>
		<b>( You has) full clear and unencumbered title to (all such items)</b>
	-----	<b>( You has) full clear and unencumbered title to (all such items)</b>
<b>é aplicável o regime legalmente estabelecido</b>	-----	<b>comply with all applicable laws and regulations</b>

<b>FRASEOLOGIA PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIAS SIMILARES PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIA INGLÊS</b>
<b>alterações do disposto</b>	-----	<b>any variation</b>
	-----	<b>amendment</b>
<b>garante a confidencialidade e o tratamento sigiloso</b>	<b>obrigam-se ao dever de sigilo</b>	<b>agrees to keep secret and confidential all information</b>
		<b>shall keep in strict confidence</b>
<b>Sem prejuízo de</b>	-----	<b>Nonwithstanding</b>
		<b>Without prejudice to</b>
<b>nos termos do (Despacho)</b>	-----	<b>by virtue of</b>
<b>estrito respeito da respetiva regulamentação</b>	-----	<b>comply with all Applicable Laws</b>



<b>FRASEOLOGIA PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIAS SIMILARES PORTUGUÊS</b>	<b>FRASEOLOGIA INGLÊS</b>
<b>propriedade intelectual resultantes da atividade desenvolvida</b>	-----	<b>intellectual property arising from the performance of this Agreement</b>
<b>não se responsabilizam pelos danos ou prejuízos</b>	-----	<b>neither (...) shall be liable to the other for any monetary or other losses which may result</b>
<b>sem o prévio consentimento (de)</b>	-----	<b>without the prior (written) consent of</b>